

# 4ª Câmara

de Coordenação e Revisão

---

Meio Ambiente e Patrimônio Cultural

## Relatório de Gestão



**2020**  
**2022**





## **Composição<sup>1</sup>**

### **Membros Titulares**

Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho – **Coordenador Executivo**  
Subprocurador-Geral da República

Julieta Elizabeth Fajardo de Albuquerque – **Coordenadora Substituta**  
Subprocuradora-Geral da República

Nicolao Dino de Castro e Costa Neto  
Subprocurador-Geral da República

### **Membros Suplentes**

Darcy Santana Vitobello  
Subprocuradora-Geral da República

Nívio de Freitas Silva Filho  
Subprocurador-Geral da República

Marcus Vinícius Aguiar Macedo  
Procurador regional da República na 4ª Região

### **Secretária-Executiva**

Júlia Furiati Camargo<sup>2</sup>

### **Equipe Técnica**

#### **Assessoria Administrativa**

Paulo Knupp dos Santos Assessor-  
Chefe

Antônio Alberto Rodrigues Pestana  
Júnior  
Assessor-Chefe Substituto

Edmilson Vieira Machado

Elzimar Maria de Moura

Luciana Adele Maria Bucci

Miguelina Pereira Pinheiro

Paulo Luiz da Silva

#### **Assessoria de Coordenação**

Katia Leda de Oliveira

Assessora-Chefe

Guilherme Bezerra Pujades  
Guimarães - Assessor-Chefe  
Substituto

José Dias Pereira

Luana da Conceição de Oliveira

Ludiane Pimenta de Aguiar Freitas

Patrícia Camelo Granato Gripp

Tahinah Albuquerque Martins

#### **Assessoria de Revisão**

Cristiane Almeida de Freitas

Assessora-Chefe

Wesley Moreira de Souza Assessor-  
Chefe Substituto

Ayres Cristinne R. Ferreira Santos

Ana Carolina Moita Araújo

Elisa Caixeta de Abreu

Kristiane Santos Rezende

Luciano Domingos O. de Araújo<sup>3</sup>

Lucimeire Carneiro Tavares

Rafael Coelho Saraiva de Brito

Silvana Lopes Grott

Wagner Vinícius de O. Miranda

#### **Núcleo de Apoio ao Colegiado**

Mariana Mieko Mandai

Assessora-Chefe

Alice de Melo Oliveira

Francisleno Ferreira Herculano

Leandro Reinaldo Souza

<sup>10</sup> Os Membros titulares e suplentes foram designados pela Portaria PGR/MPF nº 521, de 12 de junho de 2020.

<sup>20</sup> Designada pela Portaria SG/MPF nº 294, de 12 de maio de 2021.

<sup>30</sup> Em exercício a partir de 26 de abril de 2022.



# Sumário

|                                                                           |    |
|---------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 Introdução                                                              | i  |
| 2 Sobre a 4ª CCR                                                          | 1  |
| 3 Atividades no exercício da função de revisão                            | 2  |
| 3.1 Procedimentos deliberados                                             | 4  |
| 4 Atividades no exercício da função de coordenação                        | 6  |
| 4.1 Ações Coordenadas da 4ª Câmara                                        | 6  |
| 4.2 Reuniões de Trabalho                                                  | 11 |
| 4.3 Eventos promovidos pela 4ª Câmara                                     | 16 |
| 4.4 Eventos apoiados pela 4ª Câmara                                       | 18 |
| 4.5 Participação da coordenação ou de representantes da Câmara em eventos | 19 |
| 4.6 Recomendações da 4ª Câmara                                            | 23 |
| 4.7 Notas Públicas                                                        | 23 |
| 4.8 Notas técnicas                                                        | 24 |
| 4.9 Acordos de Cooperação Técnica                                         | 25 |
| 4.10 Outras Iniciativas                                                   | 27 |
| 4.11 Grupos de trabalho                                                   | 29 |
| 4.12 Projetos                                                             | 35 |
| 4.13 Portarias                                                            | 39 |
| 4.14 Publicações                                                          | 39 |
| 5 Atividades administrativas                                              | 42 |

# Introdução

Em junho de 2020 fui indicado para coordenar a Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural do Ministério Público Federal.

A nova composição do colegiado da 4ª Câmara inclui como membros titulares, a subprocuradora-geral Julieta Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, designada como coordenadora substituta da Câmara, e o subprocurador-geral Nicolao Dino de Castro e Costa Neto. Como suplentes, foram indicados os subprocuradores-gerais Darcy Santana Vitobello e Nívio de Freitas Silva Filho, e o procurador regional Marcus Vinícius Aguiar Macedo.

Em meio à pandemia pela COVID-19 e às medidas de distanciamento social recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), a 4ª Câmara na gestão de 2020-2022 prosseguiu com a maioria das suas atividades ordinárias por meio do trabalho remoto, como estabelecido na Portaria PGR/MPF nº 76/2020.

O presente relatório tem como finalidade a divulgação das atividades desenvolvidas pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF), bem como seus dados estatísticos, relativos ao período de 13 de junho de 2020 à 12 de junho de 2022.

As atividades de coordenação e integração foram planejadas em conformidade com os objetivos estratégicos definidos no Mapa Temático da Câmara que, em muitos casos, complementam-se. Assim sendo, alguns assuntos de interesse da Câmara foram tratados em mais de uma atividade que, ao final, resultou em maior qualificação da atuação institucional.

Buscando uma atuação com foco em resultados, aprimorando a atividade de Coordenação, foram intensificados os contatos e as reuniões com autoridades políticas que têm poder de decisão em temas afetos ao objeto da Câmara, com a execução de uma pauta positiva, além da apresentação de propostas que permitissem o fortalecimento dos atos normativos existentes, assim como o intercâmbio com órgãos que atuem em áreas afins.

Na área da Revisão, no esforço de permanecer com o acervo baixo, o Colegiado da Câmara conduziu 38 sessões de revisão, com o julgamento de 6.859 procedimentos.

Além de medidas que buscam a modernização da gestão administrativa, buscando mais eficiência, foram atualizados os entendimentos sobre a organização interna e a distribuição de feitos para revisão.

Este relatório, portanto, demonstra que o compromisso de todos – membros do Colegiado, secretaria executiva, membros colaboradores e integrantes das equipes de apoio – foi de unir esforços para oferecer respostas adequadas e céleres às demandas submetidas à 4ª Câmara.

Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho - Coordenador-Executivo

# Sobre a 4ª CCR

A 4ª Câmara de Coordenação e Revisão exerce o papel, no âmbito do Ministério Público Federal (MPF), de coordenar, integrar e revisar as ações institucionais destinadas à defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural brasileiro.

Foi instituída para atuar nos feitos cíveis relativos à responsabilidade civil por dano ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, pela Resolução nº 6, de 16 de dezembro de 1993 (revogada pela Resolução nº 20, de 6 de fevereiro de 1996, e alterada pela Resolução nº 148, de 1º de abril de 2014) do Conselho Superior do Ministério Público Federal (CSMPF), com base nos arts. 58 a 62 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que dispõem sobre a estrutura de organização, o funcionamento, a composição e a competência das Câmaras de Coordenação e Revisão. Porém, desde junho de 2016, pela Resolução do Conselho Superior do MPF nº 163, a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão assumiu também a competência para atuar nos feitos criminais, cujo bem jurídico tutelado seja o direito ao meio ambiente e ao patrimônio cultural e nos que lhe forem conexos.

A 4ª Câmara de Coordenação e Revisão é o órgão setorial e colegiado de coordenação, de integração e de revisão do exercício profissional dos membros do Ministério Público Federal nos temas relativos à flora, fauna, gestão ambiental, zona costeira, mineração, entre outras atividades poluidoras, aos transgênicos, aos recursos hídricos e à preservação do patrimônio cultural, entre outros.

Suas principais atribuições são: a) promover a integração e a coordenação dos órgãos do MPF que atuem em offices ligados ao meio ambiente e ao patrimônio cultural, observado o princípio da independência funcional; b) decidir os conflitos de atribuição entre os órgãos do MPF, exceto quando o caso exigir a manifestação do Conselho Institucional, conforme previsto no art. 11, inciso II, da Resolução CSMPF nº 20; c) deliberar sobre a homologação de arquivamento e declínios de atribuições em inquérito civil, procedimento administrativo, notícia de fato, inquérito policial, procedimento preparatório, procedimento investigatório criminal ou peças de informação relativas à matéria ambiental e ao patrimônio cultural, exceto nos casos de competência originária do procurador-geral da República.

# Atividades no exercício da Função de Revisão

Durante a gestão no biênio de 2020-2022, no campo da Revisão, prezando pela economicidade e eficiência das rotinas e em razão da pandemia pela COVID-19, a maioria das reuniões ordinárias foram promovidas por videoconferência, totalizando 38 sessões no biênio, como meio mais adequado e menos dispendioso. O que possibilitou que os trabalhos permanecessem em dia, com ganho de produtividade, manutenção do acervo baixo, bem como esforços para uniformizar o entendimento do Colegiado por meio de classificação e análise dos feitos por temática e consulta a precedentes.

Na atividade de Coordenação, buscou-se uma articulação ampla e coordenada visando fortalecer uma cultura de unidade institucional e sentimento de engajamento, por meio de iniciativas que possibilitam divulgar boas práticas de atuação em temas relevantes, ao tempo em que propõem uma atuação nacional. Assim, intensificaram-se ações voltadas a garantir uma interlocução com órgãos parceiros com maior efetividade e pelo acompanhamento do processo de formulação das políticas públicas, entre outros.

São apresentadas, a seguir, as ações mais relevantes da Câmara de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural para o alcance de resultados satisfatórios à Instituição e à Sociedade.

## 3. Atividades no Exercício da Função de Revisão

A Assessoria de Revisão é o setor da 4ª Câmara responsável pela análise de promoções de arquivamento, declínios e conflitos de atribuições, encaminhados à Câmara pelos membros do MPF com atribuição nas temáticas Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, para o exercício da função revisional. Após a devida análise, são elaboradas minutas de votos com o encaminhamento aos membros do Colegiado para a aprovação e posterior deliberação em sessões de julgamento. Além disso, os servidores realizam o devido assessoramento aos membros do Colegiado em processos e demandas jurídicas relacionados à atuação da 4ª Câmara.

O Núcleo de Apoio ao Colegiado é a unidade da Assessoria de Revisão responsável pelo recebimento, distribuição aos membros do colegiado, designação aos analistas, movimentação, guarda e manutenção de autos, expedientes e demais documentos de interesse do Colegiado da Câmara, observando as cautelas necessárias para a preservação da segurança e de eventual sigilo de tais documentos. Também consolidam e publicam as pautas, assessoram as reuniões, procedem com as remessas dos feitos e finalizam as sessões do colegiado, com as publicações das respectivas atas.

A Portaria 4ª CCR nº 12/2020, de 31 de agosto de 2020, estabelecia que todos os processos de revisão, submetidos à 4ª Câmara serão distribuídos entre os três membros titulares e os três membros suplentes com a adoção da sistemática de distribuição dos processos para os três cargos titulares e em igual quantidade para os seus suplentes, mediante a desoneração de 50% da carga



de trabalho de cada Ofício titular, e votação pelos suplentes apenas nos feitos de suas relatorias, quando presente o titular respectivo.

Em 30 de março de 2021, a 4ª Câmara pela Portaria 4ª CCR nº 3, de 30 de março de 2021, atualizou o entendimento sobre a organização interna e a distribuição de feitos para revisão. Sendo definido que, todos os processos de revisão, submetidos às Câmaras de Coordenação e Revisão, serão distribuídos entre os três Ofícios ocupados por seus membros titulares.

Sendo que, em caso de necessidade do serviço, justificada por ato formal do membro titular, encaminhado por ofício ao Coordenador da Câmara, visando à manutenção ou à redução da carga de processos em matéria de revisão, poderão, os feitos distribuídos aos ofícios, ser conclusos em substituição, para a desoneração aleatória e automática de até 50% dos processos de revisão, aos respectivos suplentes, como forma de auxiliar os membros titulares. Assim como, se deferida a desoneração pelo Coordenador, será comunicado o ato à Corregedoria Geral do MPF, para fins de registro.

Os feitos conclusos em substituição aos membros titulares serão apreciados nas sessões de revisão, sempre com a participação de três membros na votação, observada a presença de pelo menos um titular, que deve ser ocupante de ofício distinto do ofício desonerado.

Para as sessões de revisão e coordenação, somente serão convocados os membros, titulares ou suplentes, que tenham processos incluídos em pauta para julgamento.

Todavia, em caso de ausência momentânea do titular, que impossibilite o comparecimento às sessões ordinárias ou extraordinárias, o respectivo Suplente será convocado para participar em forma presencial ou remota.

Importa ressaltar que, em 2 de dezembro de 2021, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) arquivou a Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho – RPCA nº 1.01254/2021-40, salientando que a 4ª Câmara cumpriu a decisão do Conselho em relação à desoneração aos suplentes, restando comprovado que houve ato formal de cada membro titular requerendo ao Coordenador que fosse adotado o modelo previsto na Portaria 4ª CCR nº 03/20213, distribuindo aleatória e automaticamente até 50% dos processos de revisão aos respectivos suplentes.

Na 599ª Sessão Ordinária de Revisão e 16ª de Coordenação foi deliberado que quanto a votação de procedimentos na ausência do relator com feitos pautados em sessão, deverá ser observado que: a) em sessões presenciais, os feitos do relator ausente serão transferidos para uma próxima sessão de revisão; b) nos afastamentos médicos de maior duração, a transferência se dará de forma manual, feito por feito, do membro que se encontra ausente para o membro substituto.

Na gestão do biênio de 2020-2022 foram realizadas 38 sessões ordinárias de Revisão, das quais a Assessoria de Revisão organizou e encaminhou as pautas tempestivamente para os membros do Colegiado, realizou as alterações determinadas, lavrando as respectivas atas. Dessas 14 foram virtuais e 24 por vídeo/presencial.

Nesse contexto, os procedimentos para manifestação superior tiveram um ritmo condizente com a entrada de feitos, mantendo o acervo baixo, com o julgamento de mais de 6,8 mil procedimentos.

### 3.1 Procedimentos deliberados

Com uma média de 180 deliberações por reunião, o número total de procedimentos deliberados na gestão de 2020-2022 foi de 6.859, entre ações penais – procedimento ordinário, inquéritos civis (ICs), inquérito extrajudicial, inquérito policial, notícias de fato (NFs), petição, procedimentos administrativos (PAs), procedimento de conflito de atribuição (PCA-PGR), procedimentos de investigação criminal (PICs), procedimentos preparatórios (PPs), processos criminais, recursos em sentido estrito, representação criminal/notícia de crime e termo circunstanciado para o exercício da função revisional, conforme a seguir apresentado:

**Tabela 1**  
**Deliberações por ano**

| ANO                  | 2020 | 2021 | 2022 | TOTAL |
|----------------------|------|------|------|-------|
| Total de Deliberados | 1928 | 3418 | 1513 | 6859  |
| Total de Sessões     | 12   | 18   | 8    | 38    |

**Fonte: Relatório–Procedimentos Deliberados por Sessão – Assunto do CNMP 26376.**

**Tabela 2**  
**Deliberações por classe de expediente**

| Classe de expediente                        | Total        | Percentual   |
|---------------------------------------------|--------------|--------------|
| Inquérito civil (IC)                        | 3301         | 48,13        |
| Notícia de fato (NF)                        | 1502         | 21,90        |
| Procedimentos preparatórios (PP)            | 614          | 8,95         |
| Procedimento de investigação criminal (PIC) | 566          | 8,25         |
| Inquérito policial                          | 530          | 7,73         |
| Procedimento administrativo (PA)            | 172          | 2,51         |
| Ação penal/Processo criminal                | 72           | 1,05         |
| Crimes Ambientais                           | 40           | 0,58         |
| Outros (*)                                  | 62           | 0,90         |
| <b>Total</b>                                | <b>6.859</b> | <b>100,0</b> |

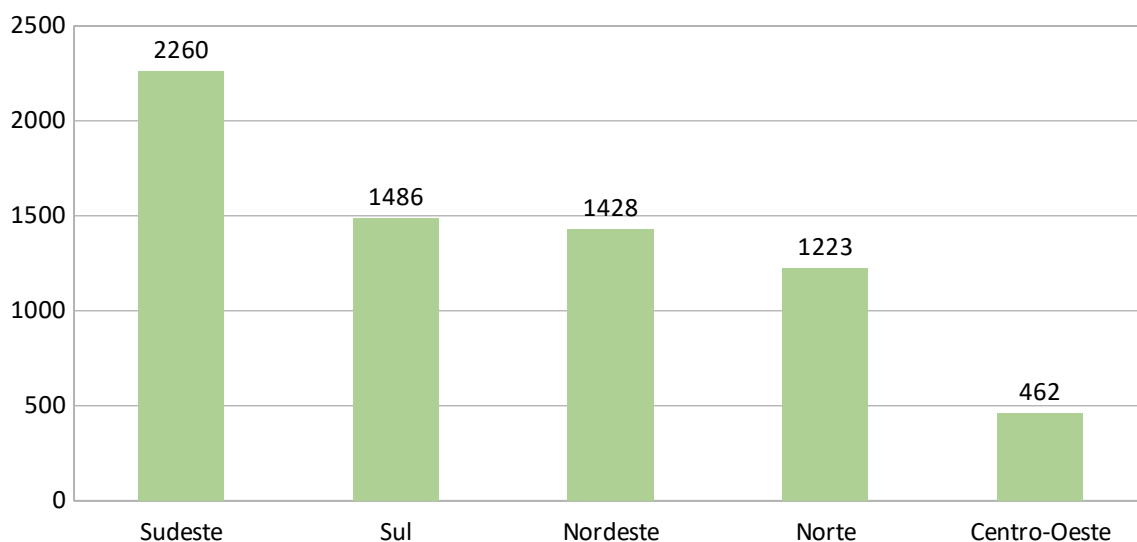
**Fonte: Relatório–Procedimentos Deliberados por Sessão – Assunto do CNMP 26376.**

Nota: (\*) Ação civil pública (1), apelação (16), incidente de acordos de não persecução penal (18), PCA-PGR (5), pedido de busca e apreensão criminal (1), petição criminal (6), recurso em sentido estrito (2), representação criminal/notícia crime (3), termo circunstanciado (10).

**Tabela 3**  
**Deliberações por motivo de entrada**

| <b>Tipos</b>                              | <b>Total</b> | <b>Percentual</b> |
|-------------------------------------------|--------------|-------------------|
| Promoção de arquivamento                  | 5543         | 80,81             |
| Promoção de declínio de atribuição        | 1051         | 15,32             |
| Acordo de não persecução penal            | 134          | 1,95              |
| Conflito de atribuição                    | 66           | 0,96              |
| Recursos de decisão                       | 46           | 0,67              |
| Suspensão condicional do processo         | 9            | 0,13              |
| Recorrer ao Conselho Institucional do MPF | 5            | 0,07              |
| Transação Penal                           | 3            | 0,04              |
| Consultas                                 | 1            | 0,01              |
| Homologação de TAC                        | 1            | 0,01              |
| <b>Total</b>                              | <b>6.859</b> | <b>100,0</b>      |

Fonte: Relatório – Procedimentos Deliberados por Sessão – Assunto do CNMP – 26376



**Gráfico 1 – Comparativo das deliberações por região de origem**

Desde 2018, a Região Sudeste foi a que mais encaminhou documentos para apreciação pelo Colegiado da 4ª Câmara, com um total de 32,9%. As Regiões Sul, Nordeste, Nordeste e Norte estão similares, respectivamente, com 21,7%, 20,8% e 17,8%, seguidas pela Centro-Oeste, com 6,8%.

# Atividades no exercício da Função de Coordenação

A Assessoria de Coordenação desenvolve atividades de planejamento e gestão estratégica, relacionadas às demandas afetas à 4ª Câmara, tais como: a organização de encontros temáticos e nacionais com o acompanhamento das suas deliberações; a assistência administrativa aos grupos de trabalho; o acompanhamento dos projetos e auxílio aos seus gerentes; a promoção de ações coordenadas; a promoção do compartilhamento e replicação de boas práticas institucionais alinhadas aos princípios da Gestão do Conhecimento, objetivando fornecer contribuições aos membros do MPF para uma atuação proativa, integrada e coordenada; a elaboração de notas técnicas na temática da 4ª Câmara e a coleta e processamento de dados para a produção de relatórios e atividades que envolvam a edição de notícias voltadas à divulgação das atividades da Câmara, como sítio eletrônico, boletins informativos, entre outras atribuições.

Na gestão do biênio de 2020-2022 foram realizadas 20 sessões ordinárias de Coordenação e uma sessão extraordinária de Coordenação, das quais a Assessoria de Coordenação organizou as pautas para encaminhamento aos membros do Colegiado de forma tempestiva, secretariando as reuniões e realizando as providências determinadas pelos membros, lavrando as respectivas atas.

Nas sessões de Coordenação na gestão do biênio de 2020-2022 foram deliberados 127 itens, sendo:

**Tabela 4**  
**Deliberações por Assunto**

| <b>Assunto</b>                                 | <b>2020</b> | <b>2021</b> | <b>2022</b> |
|------------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Apresentações Externas <sup>1</sup>            | 0           | 2           | 0           |
| Demandas Correlatas à Coordenação <sup>2</sup> | 18          | 19          | 7           |
| Documentos Recebidos <sup>3</sup>              | 5           | 25          | 4           |
| Grupos de Trabalho (GTs) <sup>4</sup>          | 5           | 2           | 1           |
| Procedimentos <sup>5</sup>                     | 5           | 24          | 16          |
| <b>Total</b>                                   | <b>33</b>   | <b>72</b>   | <b>28</b>   |

Fonte: Relatório – Procedimentos deliberados por sessão – Assunto do CNMP -26376

<sup>1</sup> Apresentações de entidades, empresas e instituições externas para o Colegiado de suas atividades, planos de ações e propostas na temática da 4ª CCR.

<sup>2</sup> Acordos de cooperação, editais de chamamento, eventos externos, notas técnicas expedidas, matérias jornalísticas, orientações sessões do Colegiado, representação da 4ª CCR em órgãos e conselhos, bem como em projetos.

<sup>3</sup> Memorandos, ofícios, notas técnicas recebidas, recomendações recebidas sobre temáticas da 4ª CCR, termo de adesão.

<sup>4</sup> Diagnóstico Situacional, criação, extinção, continuidades dos GTs da 4ª CCR, plano de ação anual.

<sup>5</sup> Procedimento Administrativo (PA), Procedimento Administrativo de Acompanhamento de Instituições (PA-INST), Procedimento Administrativo de Outras Atividades Não Sujeitas a Inquérito Civil (PA-OUT), Procedimento Administrativo de Acompanhamento (PA-TAC), Procedimento de Gestão Administrativa (PGEA).

## 4.1 Ações coordenadas da 4ª Câmara

Dando prosseguimento às diretrizes previstas em seu Planejamento Temático, e, em cumprimento ao objetivo de construir uma cultura de unidade institucional e sentimento de engajamento, bem como

ao objetivo de aprimorar a atividade de coordenação com foco em resultados, mediante a escolha de temas prioritários de atuação institucional, a Câmara vem desenvolvendo, com o apoio dos seus grupos de trabalho, ações coordenadas nas mais diferentes temáticas.

### Pesquisa de satisfação

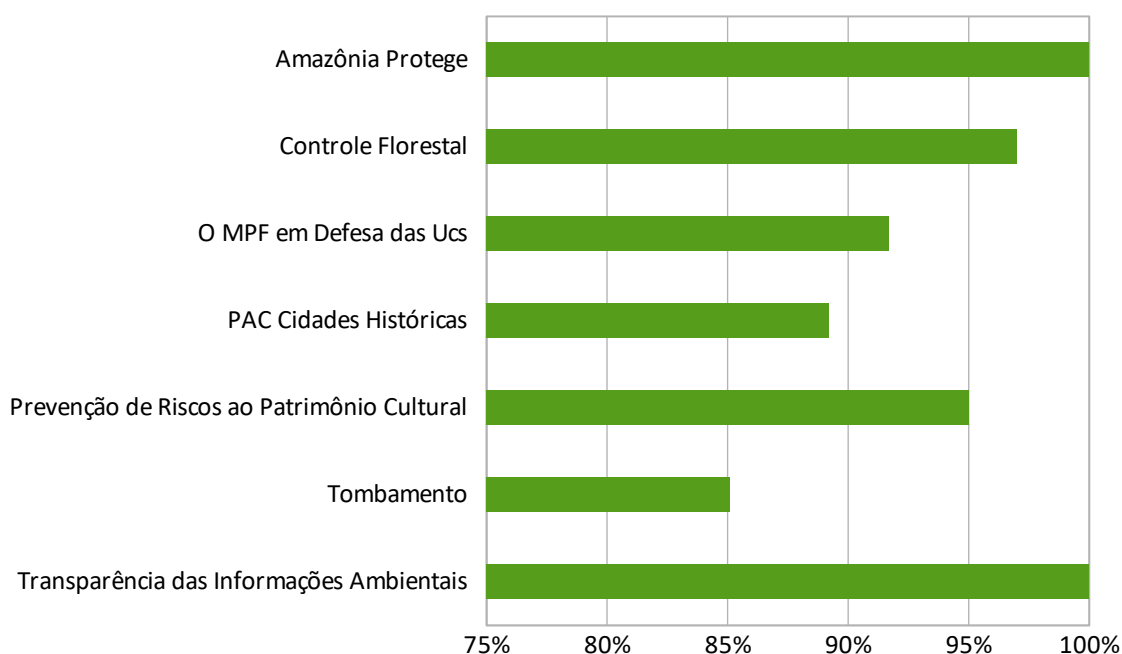
Para aferir o nível de satisfação e a opinião dos membros que atuam na temática de meio ambiente e patrimônio cultural sobre as ações coordenadas da 4ª Câmara, assim como diagnosticar as atividades desenvolvidas e melhorias no processo, em agosto de 2020 foi lançada uma pesquisa de satisfação por meio de ofício circular.

A pesquisa foi composta por duas partes. A primeira compreendendo oito questões de múltipla escolha e uma pergunta aberta, a pesquisa propõe-se a entender aspectos relacionados aos serviços prestados pela 4ª Câmara. Os participantes deveriam apontar, por exemplo, o nível de satisfação em relação à qualidade das informações iniciais repassadas pela Câmara; aos mecanismos utilizados na comunicação entre o órgão e os membros; e ao tempo de resposta a dúvidas e questionamentos. Também constavam questões sobre a assertividade das ferramentas de acompanhamento e divulgação dos resultados e sobre as ações de divulgação promovidas com o intuito de garantir visibilidade à atuação coordenada.

A segunda parte propunha coletar informações sobre a atuação dos membros do MPF nas diversas ações coordenadas desenvolvidas pela 4ª Câmara.

A iniciativa faz parte da metodologia de certificação da qualidade do processo “Realizar Ações Coordenadas” e tem como base os padrões da ISO 9001:2015. Outras informações sobre a metodologia, como a *Política de Qualidade da 4CCR*, o *Manual da Qualidade* e o *Manual de Normas e Procedimentos*, podem ser acessadas no endereço eletrônico: <https://portal.mpf.mp.br/intranet/areas-tematicas/camaras/meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/acoes-coordenadas/o-processo-realizar-acoes-coordenadas>.

Atualmente acompanha e monitora 7 ações coordenadas:



Fonte: Sistema BI de Acompanhamento de ações coordenadas da 4ª Câmara.

Gráfico 2 – Comparativo percentual de adesão das Ações Coordenadas

Mais informações sobre as ações coordenadas da 4ª CCR poderão ser acessados no endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/acoes-coordenadas>.

### **Atuação na gestão do biênio 2020-2021**

#### **Amazônia protege**

Pela ação coordenada **Amazônia Protege** foi assinado no dia 28 de outubro de 2020, o Acordo de Cooperação Técnica (ACT) entre a Advocacia-Geral da União (AGU), o Ibama e o MPF, com o propósito de disciplinar o protocolo de atuação processual dos órgãos signatários no âmbito das ações judiciais que dizem respeito ao Projeto Amazônia Protege, que trata do ACT 01/2018.

O acordo tem validade de 30 meses, conforme plano de trabalho, podendo ser prorrogado por igual período, mediante termo aditivo. O plano de trabalho poderá ser acessado no endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/ACTMMAIBAMAICMBioeMPF.pdf>.

#### **3ª fase do Projeto Amazônia Protege**

Em abril de 2020 foi lançada a 3ª Fase do Projeto Amazônia Protege. O objetivo é que fossem ajuizadas mais de mil ações civis públicas (ACPs) contra desmatamentos ilegais com área igual ou superior a 60 hectares identificados na gestão do biênio 2017/2018. A iniciativa envolve 25 procuradores da República em sete estados da Amazônia Legal: Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima.

As informações sobre as áreas identificadas como desmatamento ilegal e sobre as ACPs já instauradas pelo MPF estão disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.amazoniaprotege.mpf.mp.br/>.

#### **MPF instaura mais de mil ações por desmatamento ilegal na 3ª. Fase do Projeto**

Em atuação coordenada pela 4ª Câmara, o MPF instaurou, somente no mês de maio, 1.023 ações civis públicas contra 2.262 réus em razão de desmatamentos ilegais na Amazônia. Ao todo, as ações cobram mais de R\$ 3,7 bilhões de indenização pelos danos causados, além da reparação de 231.456 hectares de floresta degradados.

Baseadas em laudos periciais produzidos a partir da análise de imagens de satélite e do cruzamento das informações com bancos de dados públicos, as ações foram propostas em sete estados da Amazônia Legal: Acre, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Roraima. O monitoramento apontou total de 321 mil hectares de floresta devastados ilegalmente no biênio 2017/2019. O estado mais afetado no período foi Mato Grosso, com 95,4 mil hectares de área desmatada, sendo que 63,6 mil já são alvo de ação civil pública. Até agora, o MPF ajuizou 242 ações no estado, mas outras podem ser propostas futuramente.

Em relação ao número de polígonos com área igual ou superior a 60 ha foi o campeão, com 373 registros. O corte raso de vegetação nativa no estado atingiu 87,9 hectares, sendo que 68,7 mil, já são alvo das 310 ações ajuizadas. No Amazonas foram mapeados 284 polígonos de desmatamento, o que corresponde a cerca de 81 mil hectares. Até agora, foram propostas 215 ações no estado, referentes a 61,5 mil hectares de área destruída. O levantamento do MPF apontou ainda que, entre os polígonos de desmatamento ilegal identificados pelo projeto, 64 estão inseridos em unidades de conservação (UCs) federais e 41 dentro de terras indígenas (TIs).

Nas ações, o MPF pede indenizações relativas aos danos materiais e morais difusos derivados da remoção da cobertura vegetal e a recomposição da área degradada. Requer, ainda, a reversão dos valores

da condenação para Ibama e ICMBio, para fortalecer a fiscalização; e autorização judicial para apreensão, retirada ou destruição, pelos órgãos de fiscalização competentes, de bens móveis ou imóveis presentes na área que estejam impedindo a regeneração da floresta.

### **Resultados da 3ª fase do projeto**

Durante as três primeiras etapas do projeto Amazônia Protege, foram ajuizadas mais de 3,6 mil ações civis públicas contra os responsáveis pelos desmatamentos ilegais com mais de 60 hectares, registrados entre 2015 e 2018 pelo Projeto de Monitoramento do Desflorestamento na Amazônia Legal (Prodes/Inpe), em face de 4.958 (quatro mil novecentas e cinquenta e oito) pessoas que desmataram ilegalmente a região, cujas indenizações postuladas alcançam o montante somado de mais de R\$ 9,0 bilhões.

A ação coordenada Amazônia Protege integrava o Projeto Finalístico com o mesmo nome, tendo sido encerrado em 5 de junho de 2020.

### **Bioma Mata Atlântica**

No ano de 2020 foi instituída a ação coordenada Bioma Mata Atlântica, se encerrando logo em seguida com alcance de seu objetivo, pelo fato de ter sido revogado o despacho que alterava entendimento anterior do Ministério do Meio Ambiente (MMA) sobre a aplicação do Código Florestal em áreas do bioma, passando a admitir a presença de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural consolidadas até julho de 2008.

A 4ª Câmara e a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa) enviaram, no dia 15 de abril de 2020, a membros do MPF e dos Ministérios Públicos estaduais em 17 unidades da federação proposta de atuação conjunta em defesa da Mata Atlântica. Isso pelo motivo de no dia 6 de abril de 2020, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) publicar despacho que alterava entendimento anterior da pasta sobre a aplicação do Código Florestal em áreas do bioma, passando a admitir a presença de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural consolidadas até julho de 2008.

O novo entendimento do MMA baseou-se em parecer da AGU, elaborado a partir de demanda da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Até então, os artigos 61-A e 61-B do Código Florestal (Lei nº 12.651/12) vinham tendo a sua aplicação limitada em áreas de Mata Atlântica, sob o argumento de que a proteção especial desse bioma por lei própria impediria o reconhecimento das áreas rurais consolidadas.

O despacho questionado pelo MPF altera o entendimento do Despacho MMA 64.773/2017, que reconhecia a vigência da Lei da Mata Atlântica (Lei Federal nº 11.428/2006), mesmo após a publicação do Código Florestal (Lei Federal nº 12.651/2012). Para o MPF, o Despacho 4.410/2020 tem como consequência direta negar vigência à Lei da Mata Atlântica, em especial à vedação de consolidação de ocupação de áreas de preservação permanente (APPs) situadas em imóveis abrangidos pelo bioma Mata Atlântica, proveniente de desmatamento ou intervenção não autorizada, a partir de 26 de setembro de 1990. A Lei 11.428/2006, conhecida como Lei da Mata Atlântica, proíbe o reconhecimento de ocupações provenientes de supressão clandestina e não autorizada de vegetação nativa, bem como o perdão por essa prática ilícita.

Segundo o MPF, o cumprimento e aplicação da nova norma traz como consequência o risco do cancelamento indevido de milhares de autos de infração ambiental em APP situadas no bioma Mata Atlântica, assim como da abstenção indevida da tomada de providência e do regular exercício do poder de



polícia em relação a esses desmatamentos ilegais. Segundo a ação civil, apenas no Ibama, e sem computar a atuação de todos os órgãos públicos ambientais estaduais e das polícias ambientais, houve a lavratura de 1.476 autos de infração ambiental na área da Mata Atlântica. Outras medidas em risco são as milhares de recuperações ambientais de Áreas de Preservação Permanente que têm sido efetuadas de modo voluntário ou por meio de cobrança dos órgãos públicos ambientais e do Ministério Público.

Nos ofícios aos membros do Ministério Público, a 4ª Câmara orientou aos procuradores da República e promotores de Justiça que expedissem recomendações aos gestores dos órgãos ambientais locais para que não apliquem o entendimento fixado no Despacho 4.410/2020 do MMA ou promovessem qualquer ato para o cancelamento de autos de infração ambiental, termos de embargos e interdição e termos de apreensão lavrados com base na constatação de ocupação de APPs. Para facilitar o trabalho dos membros nas pontas, foram disponibilizados dois modelos de recomendação, que poderiam ser adaptados de acordo com a realidade local. Os modelos estão disponíveis nos endereços eletrônicos: <https://portal.mpf.mp.br/intranet/areas-tematicas/camaras/meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/documentos/mata-atlantica-recomendacao-1> e <https://portal.mpf.mp.br/intranet/areas-tematicas/camaras/meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/documentos/mata-atlantica-recomendacao-2>.

O objetivo da atuação articulada foi de impedir que a flexibilização da legislação vigente venha causar prejuízos irreparáveis a esse importante bioma brasileiro, tendo em vista que o cumprimento e aplicação do despacho emitido pelo ministro do Meio Ambiente tem como consequência direta negar vigência à Lei da Mata Atlântica, além de implicar o cancelamento indevido de milhares de autos de infração ambiental e termos de embargos lavrados a partir da constatação de supressões, cortes e intervenções danosas e não autorizadas.

#### Dia da Mata Atlântica

Em homenagem ao Dia Nacional da Mata Atlântica, celebrado em 27 de maio, o MPF divulgou em suas redes sociais vídeos, *post* e *stories* que alertam a população para o risco de destruição do bioma, considerado patrimônio nacional pela Constituição Federal.



Arte: Secom/MPF

#### Nota Técnica

A 4ª Câmara emitiu nota técnica sobre a temática Mata Atlântica, no dia de 10 de junho, na qual defende a prevalência da Lei da Mata Atlântica (Lei nº 11.428/2006) em detrimento da observação do Código Florestal, por entender que ela é mais específica e protetiva ao bioma. No documento, a 4ª Câmara se posiciona contrária às medidas do Poder Executivo que buscam excluir do ordenamento jurídico os dispositivos que impedem a consolidação de propriedades localizadas em áreas de preservação permanente (APPs) inseridas no território de Mata Atlântica.

A nota técnica subsidiou a atuação do procurador-geral da República, Augusto Aras, no julgamento da ADI 6.446, ingressada pelo governo federal no Supremo Tribunal Federal (STF) para questionar se a Lei da Mata Atlântica pode se sobrepor ao Código Florestal, em vigor desde 2007, e que prevê restrições menos gravosas aos infratores.

A nota técnica poderá ser acessada no endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas>.



### Prevenção de Riscos ao Patrimônio Cultural

Em julho de 2020 a PR/SP, como iniciativa da ação coordenada Prevenção de Riscos ao Patrimônio Cultural, exigiu a elaboração de planos de prevenção a incêndios para três imóveis coloniais dos séculos XVIII e XIX tombados, situados no litoral norte de São Paulo. Os pedidos foram encaminhados por meio de recomendações aos responsáveis pelo Sobradão do Porto, em Ubatuba; a Casa Esperança, em São Sebastião; e, a casa da Fazenda do Engenho d'Água, em Ilhabela. A PR/SP requereu a apresentação dos documentos em até 180 dias para aprovação do Corpo de Bombeiros e do Iphan.

No caso dos imóveis em Ilhabela e Ubatuba, o MPF solicitou ainda que os locais permaneçam fechados até que todas as adequações estruturais necessárias sejam implementadas e avaliadas. Já a Casa Esperança, em São Sebastião, poderá permanecer aberta enquanto o plano de prevenção às chamas é providenciado. Ainda assim, a PR/SP pediu que a proprietária do imóvel apresente em até 30 dias cópia de uma licença emitida pelos Bombeiros para análise do Iphan.

### Transparência das Informações Ambientais

O MPF divulgou no dia 16 de abril de 2020, os resultados e a análise evolutiva dos órgãos e entidades avaliados na segunda fase do **Ranking da Transparência Ambiental**. Segundo o levantamento, dos 103 órgãos federais e estaduais acompanhados pelo projeto, 97 não cumpriram o que foi recomendado e deixaram de disponibilizar ao cidadão informações relevantes para o controle ambiental.

Diante dessa realidade e pela necessidade da regularização foram emitidas ações civis públicas.

No ano de 2020, o número de órgãos para avaliação do desempenho passou de 100 para 101, e no ano de 2021 passou para 107.

A ação coordenada Transparência das Informações Ambientais integrava até fevereiro de 2020 o Projeto Finalístico com o mesmo nome.

#### 4.2 Reuniões de Trabalho

| Reunião com PR/AP, Fiocruz e WWF-Brasil |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                           |                                                                                                                                                                                                |
|-----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Participantes                           | MPF                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | FIOCRUZ                                   | WWF                                                                                                                                                                                            |
|                                         | <b>Juliano Baiocchi</b><br>(Coordenador da 4ª CCR)<br><br><b>Fabrizio Prededon da Silva</b><br>(PR/AP)                                                                                                                                                                                                                 | <b>Paulo César Basta</b><br>(Pesquisador) | <b>Raul Silva Telles do Valle</b><br>(Diretor de Justiça Socioambiental)<br><b>Rafael Gandur Giovanelli</b><br>(Coordenador Jurídico)<br><b>Bruno Taitson</b> (Analista de Políticas Públicas) |
| <b>Data</b>                             | 29 de setembro                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                           |                                                                                                                                                                                                |
| <b>Modalidade</b>                       | Videoconferência                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                                           |                                                                                                                                                                                                |
| <b>Objetivo</b>                         | Apresentar o resultado de estudo realizado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e pela WWF-Brasil, que demonstra o potencial de danos à saúde da população, inclusive tradicional e indígena, do estado do Amapá em decorrência do consumo de peixes contaminados por mercúrio proveniente de garimpos naquele estado. |                                           |                                                                                                                                                                                                |
| <b>Encaminhamentos/ Resultados</b>      | Foi apresentada pela 4ª Câmara proposta de encaminhamento às 1ª CCR e 6ª CCR, para avaliação da possibilidade de adoção de medidas conjuntas, a exemplo de expedição de recomendação intercameral ao Ministério da Saúde.                                                                                              |                                           |                                                                                                                                                                                                |

| Reunião com ANFAVEA                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                   |
|-----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Participantes                           | 4ª CCR                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | ANFAVEA                                                                                                                                                                                           |
|                                         | <b>Juliano Baiocchi</b><br>(Coordenador)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <b>Luiz Carlos Moraes</b><br>(Presidente)<br><b>Aurélio Santana</b><br>(Diretor Executivo)<br><b>Henry Joseph Júnior</b><br>(Diretor Técnico)<br><b>Marco Saltini</b><br>(Vice-Presidente da MAN) |
| Data                                    | 6 de outubro                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                   |
| Modalidade                              | Videoconferência                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                   |
| Objetivo                                | Apresentação pela Anfavea das dificuldades fáticas decorrentes da pandemia pela COVID-19, notadamente os impactos negativos sobre as atividades da engenharia de desenvolvimento, necessárias para cumprir as determinações contidas nas Resoluções Conama nº 490/2018 e nº 492/2018.                                                                                     |                                                                                                                                                                                                   |
| Encaminhamentos/ Resultados             | Expedição do Ofício Circular nº 25/2020-4ª CCR, com divulgação aos representantes da 4ª Câmara a realização da reunião e o endereço para acesso ao seu conteúdo.                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                   |
| Link para acessar a gravação da reunião | A gravação da reunião está disponível no endereço eletrônico: <a href="https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssf/s/readFile/share/254823/4452219241095885848/publicLink/Reuni%C3%A3o%204%C2%AA%20CCR_ANFAVEA%20-%20PROCONVE.mp4">https://mpfdrive.mpf.mp.br/ssf/s/readFile/share/254823/4452219241095885848/publicLink/Reuni%C3%A3o%204%C2%AA%20CCR_ANFAVEA%20-%20PROCONVE.mp4</a> . |                                                                                                                                                                                                   |

| Reunião com MME e Eletrobras Eletronuclear |                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                                                                            |                                                                                                                                                      |
|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Participantes                              | 4ª CCR                                                                                                                                                                                                                                                                                     | MME                                                                                                                        | Eletrobras Eletronuclear                                                                                                                             |
|                                            | <b>Juliano Baiocchi</b><br>(Coordenador)                                                                                                                                                                                                                                                   | <b>Roberto Bueno</b><br>(Chefe de Gabinete)<br><b>Ney Zanella</b><br>(Chefe da Assessoria Especial de Gestão Estratégica ) | <b>Leonam dos Santos Guimarães</b><br>(Presidente)<br><b>Ricardo Lioy</b><br>(Consultor Jurídico)<br><b>Henry Joseph Júnior</b><br>(Diretor Técnico) |
| Data                                       | 19 de outubro                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                            |                                                                                                                                                      |
| Modalidade                                 | Videoconferência                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                            |                                                                                                                                                      |
| Objetivo                                   | A Eletronuclear expôs a sua apreensão em relação as duas ACPs impetradas, em que são questionadas, com pedido de suspensão, as licenças ambientais já concedidas para a implantação da Usina Nuclear Angra 3 e da Unidade de Armazenamento Complementar de Combustível Irradiado da CNAIA. |                                                                                                                            |                                                                                                                                                      |
| Encaminhamentos/ Resultados                | Foi esclarecido que a atuação do procurador da república é decorrente de designação pela Portaria nº 594/2020, para atuação conjunta com o titular do 1º Ofício da PRM de Angra dos Reis, nos processos especificados.                                                                     |                                                                                                                            |                                                                                                                                                      |

| Reunião com Ibama |                                                                                                            |                                                                                                                                                  |
|-------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Participantes     | 4ª CCR                                                                                                     | Ibama                                                                                                                                            |
|                   | <b>Juliano Baiocchi</b><br>(Coordenador)<br><br><b>Leonardo de Faria Galiano</b><br>(Secretário Executivo) | <b>Eduardo Bim</b><br>(Presidente)<br><br><b>Rezende Guimarães Filho</b><br>(Superintendente do Ibama/MA)<br><b>Leslie Nelson Jardim Tavares</b> |

|                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                    | <b>Ludiane Aguiar de Freitas</b><br>(Assessora-chefe de Coordenação Substituta)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | (Coordenador de Fiscalização/MA)<br><b>João Pessoa Riograndense M. Júnior</b><br>(Diretor da Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas-DBFLO)<br><b>Rafael Macêdo</b><br>(Coordenador de Monitoramento do Uso da Biodiversidade e Comércio Exterior-CGMOC/DBFLO) |
| <b>Data</b>                        | 19 de novembro                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>Modalidade</b>                  | Videoconferência                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>Objetivo</b>                    | Para tratar da atuação conjunta entre instituições para o combate ao comércio ilegal de madeira nos portos brasileiros.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>Encaminhamentos/ Resultados</b> | Construção, pela 4ª Câmara e pelo Ibama, de proposta de ACT sobre a fiscalização estratégica do comércio ilegal da madeira, com a participação da Receita Federal do Brasil, Polícia Federal e o Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional (DRCI), por meio dos órgãos superiores signatários: o MPF, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Ministério da Economia (ME) e Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP). |                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

| Reunião com o Vice-Presidente da República e Presidente do Conselho Nacional da Amazônia Legal |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------|
| <b>Participantes</b>                                                                           | 4ª CCR                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | Polícia Federal                                  |
|                                                                                                | <b>Juliano Baiocchi</b><br>(Coordenador)<br><b>Leonardo de Faria Galiano</b><br>(Secretário Executivo)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <b>Alexandre Saraiva</b><br>(Superintendente/AM) |
| <b>Data</b>                                                                                    | 9 de dezembro                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                  |
| <b>Local</b>                                                                                   | Palácio do Planalto                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                  |
| <b>Objetivo</b>                                                                                | Atualizar o governo federal sobre os avanços da Operação Arquimedes, de combate à exploração e ao comércio ilegal de madeira na Amazônia, em curso desde 2017, e reforçar o pedido de apoio logístico e operacional do Exército para ações em curso na região.<br>Outro tema abordado no encontro foi a destinação da madeira extraída ilegalmente.                                                                                                                                         |                                                  |
| <b>Encaminhamentos/ Resultados</b>                                                             | Foi solicitado ao vice-presidente o apoio do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, no âmbito da estrutura e logística da Operação Verde Brasil 2, nas atividades de custódia e transporte da carga até Manaus.<br>O MPF apontou a necessidade de inclusão do Ipê na lista de espécies florestais ameaçadas de extinção ou em situação de alerta da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (Cites, na sigla em inglês) |                                                  |
| <b>Link para maiores informações</b>                                                           | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/membros-do-mpf-se-reunem-com-vice-presidente-da-republica-para-discutir-estrategias-e-aco-es-de-combate-ao-comercio-ilegal-de-madeira">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/membros-do-mpf-se-reunem-com-vice-presidente-da-republica-para-discutir-estrategias-e-aco-es-de-combate-ao-comercio-ilegal-de-madeira</a> .                                                                                                                     |                                                  |

| Reunião com MMA, Ibama e Órgãos Ambientais |                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                             |
|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                            | MPU                                                                                                                                              | Outros Participantes                                                                                                                                        |
|                                            | <b>Juliano Baiocchi</b><br>(Coordenador da 4ª CCR)<br><b>Leonardo de Faria Galiano</b><br>(Secretário Executivo da 4ª CCR)<br><b>Ruy Marcelo</b> | <b>Ricardo Salles</b><br>(Ministro do Meio Ambiente)<br><b>Joaquim Leite</b><br>(Secretário da Amazônia e Serviços Ambientais do MMA)<br><b>Eduardo Bim</b> |

|                                          |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                         |
|------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                          | (Procurador do<br>Ministério Público de Contas)                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | (Presidente do Ibama)<br><b>Juliano Valente</b><br>(Diretor-Presidente do IPAAM)<br><b>Alexandre Saraiva</b><br>(Superintendente da Polícia Federal/AM) |
| <b>Data</b>                              | 16 de dezembro                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                                                                                                         |
| <b>Local</b>                             | Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema)                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |                                                                                                                                                         |
| <b>Objetivo</b>                          | Adoção de medidas para combater a exploração ilegal de madeira na Amazônia, situação apurada pela Operação Arquimedes, conduzida pelo MPF no Amazonas e pela Polícia Federal em atuação conjunta com outros órgãos de fiscalização.                                                                                                                 |                                                                                                                                                         |
| <b>Encaminhamentos/<br/>Resultados</b>   | O MMA, o Ibama, o Jardim Botânico do Rio Janeiro e outras instituições estão realizando levantando dos dados e identificação os estudos sobre o tema para atender às requisições do MPF, a qualificação técnica ou eventual necessidade de produção de mais estudos serão analisados.                                                               |                                                                                                                                                         |
| <b>Link para maiores<br/>informações</b> | <a href="http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/combate-a-exploracao-ilegal-de-madeira-na-amazonia-e-tema-de-reuniao-do-mpf-com-mma-ibama-e-orgaos-ambientais">http://www.mpf.mp.br/am/sala-de-imprensa/noticias-am/combate-a-exploracao-ilegal-de-madeira-na-amazonia-e-tema-de-reuniao-do-mpf-com-mma-ibama-e-orgaos-ambientais</a> |                                                                                                                                                         |

| Reunião com MME                        |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |                                                                       |
|----------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| <b>Participantes</b>                   | 4ª CCR                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             | MME                                                                   |
|                                        | <b>Juliano Baiocchi</b><br>(Coordenador)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | <b>Bento Costa Lima Leite de<br/>Albuquerque Júnior</b><br>(Ministro) |
| <b>Data</b>                            | 21 de janeiro                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |                                                                       |
| <b>Modalidade</b>                      | Virtual                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |                                                                       |
| <b>Objetivo</b>                        | Tratar questões relacionadas à operação da Usina de Belo Monte, em face de medidas adotadas pelo Ibama, em contraposição ao previsto no Hidrograma de Consenso da UHE Belo Monte.                                                                                                                                                                                                  |                                                                       |
| <b>Encaminhamentos/<br/>Resultados</b> | Foi proposto pela 4ª Câmara a formação de um fórum para análise de possível solução consensual, com proposição a ser encaminhada ao MME e discutida com os procuradores naturais, com a intermediação da 4ª Câmara e da 6ª CCR, além do acompanhamento por <i>experts</i> designados pela procuradora da República Thais Santi Cardoso da Silva, do município de Altamira no Pará. |                                                                       |
| <b>Link para mais<br/>informações</b>  | <a href="https://mpf.webex.com/recordingservice/sites/mpf/recording/playback/68dc7b66bbf5443c9e0f3b14b2fd3797">https://mpf.webex.com/recordingservice/sites/mpf/recording/playback/68dc7b66bbf5443c9e0f3b14b2fd3797</a>                                                                                                                                                            |                                                                       |

| Reunião com o Instituto Brasileiro de Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (IBRACHICS) |                                                                                                                                    |                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| <b>Participantes</b>                                                                                      | MPF                                                                                                                                | IBRACHIS                                  |
|                                                                                                           | <b>Juliano Baiocchi</b><br>(Coordenador da 4ª CCR)<br><b>Antônio Carlos Fonseca da Silva</b><br>(Subprocurador-geral da República) | <b>André Gomyde Porto</b><br>(Presidente) |
| <b>Data</b>                                                                                               | 10 de fevereiro                                                                                                                    |                                           |
| <b>Modalidade</b>                                                                                         | Virtual                                                                                                                            |                                           |
| <b>Objetivo</b>                                                                                           | Apresentação ao MPF do Plano de Transformação Inteligente Cidades Humanas, Inteligentes, Criativas e Sustentáveis (PTI-CHICS).     |                                           |

| <b>5º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto da Controladoria-Geral da União (CGU)</b> |                                                                                                                                                                                                      |
|------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Data</b>                                                                              | 8, 9 e 10 de setembro de 2021                                                                                                                                                                        |
| <b>Modalidade</b>                                                                        | Virtual                                                                                                                                                                                              |
| <b>Objetivo</b>                                                                          | Preparação de proposta conceitual de Projeto de Cooperação Técnica internacional entre o MPF e a Agência de Cooperação Alemã (GIZ)                                                                   |
| <b>Encaminhamentos/ Resultados</b>                                                       | Acompanhar a 1ª fase da etapa de oficinas de cocriação do 5º Plano de Ação Nacional de Governo Aberto da Controladoria-Geral da União (CGU) sobre os temas "Maus tratos a animais e Governo Aberto". |

| <b>Reuniões Técnicas entre o MPF e GIZ</b> |                                                                                                                                                                                                                                |
|--------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Data</b>                                | 31 de agosto de 2021                                                                                                                                                                                                           |
| <b>Modalidade</b>                          | Virtual                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>Objetivo</b>                            | Apresentar à 4ªCCR projeto de cooperação técnica entre Brasil e Alemanha.                                                                                                                                                      |
| <b>Encaminhamentos/ Resultados</b>         | O MPF foi designado como instituição executora responsável.                                                                                                                                                                    |
| <b>Data</b>                                | 15 de setembro de 2021                                                                                                                                                                                                         |
| <b>Modalidade</b>                          | Virtual                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>Encaminhamentos/ Resultados</b>         | Foi assinalado pela SCI que surgiu a oportunidade de uma nova etapa para o projeto Agenda 2030, possibilitando ao MPF a proposição de iniciativas conjuntas em defesa do meio ambiente e dos povos e comunidades tradicionais. |

| <b>Reunião com a Frente Parlamentar Mista do Biodiesel (FPBio)</b> |                                                                                                                                                                                                        |
|--------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Participantes</b>                                               | MPF                                                                                                                                                                                                    |
|                                                                    | <b>Nicolao Dino de Castro e Costa Neto</b><br>Subprocurador-Geral da República<br>Membro Titular da 4ª CCR                                                                                             |
|                                                                    | <b>Deputado Federal Pedero Lupion</b><br>(DEM/PR)<br>Presidente da FPBio                                                                                                                               |
| <b>Data</b>                                                        | 28 de abril de 2022                                                                                                                                                                                    |
| <b>Modalidade</b>                                                  | Virtual                                                                                                                                                                                                |
| <b>Objetivo</b>                                                    | Tratar dos impactos do aumento da utilização de combustíveis fósseis na saúde pública.                                                                                                                 |
| <b>Encaminhamentos/ Resultados</b>                                 | Foram encaminhados para conhecimento aos coordenadores dos grupos de trabalho da 4ª CCR Mudanças Climáticas e Qualidade do Ar, os expedientes oriundos da FPBio que apresentam a preocupação setorial. |

| <b>Reunião Intercameral com a 6ª CCR para tratar do “Projeto de Independência Indígena” da Cooperativa Indígena Sangradouro e Volta Grande - COOIGRANDESAN e seus desdobramentos</b> |                                                                                                                                                                   |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Representante</b>                                                                                                                                                                 | <b>Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho</b><br>(Coordenador da 4ª CCR)                                                                                        |
| <b>Data</b>                                                                                                                                                                          | 3 de maio de 2021                                                                                                                                                 |
| <b>Modalidade</b>                                                                                                                                                                    | Videoconferência                                                                                                                                                  |
| <b>Objetivo</b>                                                                                                                                                                      | Promover o debate interno sobre a intrincada questão trazida pelas comunidades indígenas, a título de informação dos Colegiados que coordenam as áreas de atuação |

|  |                                               |
|--|-----------------------------------------------|
|  | ambiental e da tutela dos direitos indígenas. |
|--|-----------------------------------------------|

| Reunião com o Instituto Acende Brasil |                                                                                                                      |                                                                                                                                                                                                                           |
|---------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Participantes                         | 4ª CCR                                                                                                               | Instituto Acende Brasil                                                                                                                                                                                                   |
|                                       | <b>Marcus Vinícius Aguiar Macedo</b><br>(Procurador Regional da República na 4ª Região)<br>Membro Suplente da 4ª CCR | <b>Cláudio Sales</b><br>(Presidente do Instituto Acende Brasil)<br><b>Alexandre Uhlig</b><br>(Diretor de Assuntos Socioambientais e Sustentabilidade)<br><b>Melissa Oliveira Vilas Bôas</b><br>(Área de Cursos e Eventos) |
| Data                                  | 11 de maio de 2022                                                                                                   |                                                                                                                                                                                                                           |
| Modalidade                            | Virtual                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                                           |
| Objetivo                              | Para tratar do PL 2159/21 sobre licenciamento ambiental e o PL 191/20 sobre recursos hídricos em terras indígenas.   |                                                                                                                                                                                                                           |
| Encaminhamentos/ Resultados           | O Instituto Acende Brasil encaminhará à 4ª CCR estudo elaborado sobre os PLs.                                        |                                                                                                                                                                                                                           |

| Reunião com o Ibama         |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|-----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Participantes               | 4ª CCR                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Ibama                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|                             | <b>Darcy Santa Vitobello</b><br>(Membro Suplente da 4ª CCR)                                                                                                                                                                                                                                                    | <b>João Pessoa Riograndense Moreira Júnior</b><br>(Diretor de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas-DBFLO)<br><b>Rafael Freire de Macêdo</b><br>(Coordenador Geral de Monitoramento do Uso da Biodiversidade e Comércio Exterior-CGMOC/DBFLO)<br><b>Victor Castro Fernandes de Sousa</b><br>(Chefe da Divisão de Assessoramento Técnico da Biodiversidade e Florestas-DATEC/DBFLO) |
| Data                        | 23 de maio de 2022                                                                                                                                                                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Local                       | Sala de reuniões da 4ª CCR                                                                                                                                                                                                                                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Objetivo                    | Apresentação dos painéis analíticos do Ibama para controle da produção madeireira, projetos de exploração florestal em trâmites de exportação, além do atual estado de desenvolvimento da nova ferramenta de rastreabilidade da origem do crédito florestal e da madeira nativa transacionada, no sistema DOF. |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| Encaminhamentos/ Resultados | A 4ª CCR apresentou a nota técnica nº 2/2022-4ª CCR a fim de subsidiar a construção do acordo de cooperação técnica.                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |

#### 4.3 Eventos Promovidos pela 4ª Câmara

| Rodada de reuniões trilaterais: Brasil, Colômbia e Peru |                              |
|---------------------------------------------------------|------------------------------|
| Data                                                    | 10,13,e 17 de agosto de 2020 |
| Modalidade                                              | Virtual                      |

|                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                             |                                                                                             |
|-----------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|
| Parceria                    | World Resources Institute (WRI)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                             |                                                                                             |
| Objetivo                    | Discutir boas práticas relacionadas a utilização de sistemas de alerta de desmatamento e aplicação da legislação florestal. Assim como, sobre o uso de dados produzidos a partir de imagens de satélite e de sistemas de georreferenciamento em ações judiciais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                             |                                                                                             |
| Data                        | 27 e 28 de maio de 2021                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                             |                                                                                             |
| Palestrantes                | Brasil                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Colômbia                                                                                                                                                                                           | Peru                                                                                                                        | EUA                                                                                         |
|                             | <p><b>Nívio de Freitas</b><br/>(Representando o Coordenador da 4ª CCR)</p> <p><b>Rafael da Silva Rocha</b><br/>(Coordenador do GT Amazônia Legal – 4ª CCR)</p> <p><b>Ana Carolina Haliuc</b><br/>(Procuradora da República no Amazonas)</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | <p><b>Raúl Marín</b><br/>(Procurador-Geral da Nação)</p> <p><b>Madeleyne Perez Ojeda</b><br/>(Fiscal 08 Diretora Especializada contra as Violações dos Direitos Humanos (DECVDH), Bucaramanga)</p> | <p><b>Carlos Castro Quintanilla</b><br/>(Fiscal Provincial, Fiscalía Especializada em Matéria Ambiental (FEMA), Loreto)</p> | <p><b>Bryan Landry</b><br/>(Agente Especial do Serviço de Pesca e Vida Selvagem-Brasil)</p> |
| Modalidade                  | Virtual                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                             |                                                                                             |
| Parceria                    | World Resources Institute (WRI)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                             |                                                                                             |
| Objetivos                   | Contextualização da problemática e da identificação de oportunidades concretas de colaboração para combater desmatamento/extração ilegal de madeira; a contextualização do problema da mineração ilegal.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                             |                                                                                             |
| Encaminhamentos/ Resultados | <p>Os representantes <b>brasileiros</b> indicaram que já havia uma reunião marcada no dia 28 de junho com a Embaixada dos Estados Unidos para coordenar as investigações sobre a madeira em Belém.</p> <p>Os representantes <b>colombianos</b> se comprometeram a fornecer as pessoas físicas e empresas colombianas que exportam carne, palma africana e madeira, a fim de analisar possíveis crimes financeiros.</p> <p>Os representantes <b>peruanos</b> indicaram que também forneceriam informações sobre pessoas físicas ou jurídicas ligadas a atividades ilícitas nos países vizinhos para melhorar o controle das rotas de ouro, mercúrio e máquinas.</p> <p>Para os representantes <b>americanos</b> os próximos passos concretos incluem a possibilidade de realizar análises isotópicas da carne bovina; a formalização da troca de informações sobre exploração ilegal de madeira e mineração ilegal; o estabelecimento de um grupo de trabalho para definir uma agenda comum sobre mineração; e, no caso do Brasil, a continuação da coordenação entre a Embaixada dos Estados Unidos e a SCI.</p> |                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                             |                                                                                             |
| Data                        | 8 e 9 de julho de 2021                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                             |                                                                                             |
| Palestrantes                | Brasil                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Colômbia                                                                                                                                                                                           | Peru                                                                                                                        |                                                                                             |
|                             | <p><b>Nívio de Freitas</b><br/>(Representando o Coordenador da 4ª CCR)</p> <p><b>Daniel Lobo</b><br/>(Conselho Nacional do Ministério Público)</p> <p><b>Ana Carolina Haliuc</b><br/>(Procuradora da República no Amazonas)</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  | <p><b>Madeleyne Perez Ojeda</b><br/>(Fiscal 08 Diretora Especializada contra as Violações dos Direitos Humanos (DECVDH), Bucaramanga)</p>                                                          | <p><b>Flor de Maria Vega</b><br/>(FEMA)</p>                                                                                 |                                                                                             |
| Parceria                    | World Resources Institute (WRI) e com o apoio financeiro dos Programas Internacionais do Serviço Florestal dos EUA.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |                                                                                                                                                                                                    |                                                                                                                             |                                                                                             |



|                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Objetivo</b>                   | Debater o uso de imagens de satélite e outras tecnologias em ações de combate a crimes ambientais na região Amazônica; identificar áreas passíveis de colaboração entre os países no uso de imagens de satélite e de sistemas de alerta de desmatamento, bem como possíveis crimes ambientais associados aos alertas; fomentar a coordenação e a cooperação entre agências governamentais dos países participantes; planejar e implementar ações de verificação em campo, com foco em logística de deslocamentos, orçamento, pessoal, equipamentos e outros recursos. |
| <b>Link para mais informações</b> | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/evento-internacional-vai-debater-o-uso-da-tecnologia-em-aco-es-de-combate-a-crimes-ambientais-na-regiao-amazonica">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/evento-internacional-vai-debater-o-uso-da-tecnologia-em-aco-es-de-combate-a-crimes-ambientais-na-regiao-amazonica</a>                                                                                                                                                                                                                                         |

| <b>Oficina sobre mudanças climáticas no litoral do estado de São Paulo</b> |                                                                                                                                                                                                                                 |
|----------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Data</b>                                                                | <b>13 de agosto de 2020</b>                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Modalidade</b>                                                          | <b>Virtual</b>                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Iniciativa</b>                                                          | Grupo de Trabalho Mudanças Climáticas (GTMC)                                                                                                                                                                                    |
| <b>Instrutor</b>                                                           | <b>Luís Eduardo Marrocos de Araújo</b><br>(Procurador da República em São Paulo<br>Coordenador do GT Mudanças Climáticas)                                                                                                       |
| <b>Público-Alvo</b>                                                        | Membros do MPF que atuam nas unidades de Caraguatatuba, Registro e Santos.                                                                                                                                                      |
| <b>Objetivo</b>                                                            | Visou aproximar os membros das políticas e ações de mitigação e de adaptação às mudanças do clima, além de identificar as demandas climáticas locais e colher subsídios para a elaboração de um manual de atuação sobre o tema. |
| <b>Metodologia</b>                                                         | Dividido em quatro partes: introdução ao enfrentamento às mudanças do clima, prioridades climáticas da Zona Costeira do Estado de São Paulo, discussões e conclusão.                                                            |

#### 4.4 Eventos apoiados pela 4ª Câmara

| <b>Curso Internacional Virtual – Determinação da Origem e causa dos Incêndios Florestais</b> |                                                                                                                                                                                                                           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Data</b>                                                                                  | <b>10 a 28 de maio de 2021</b>                                                                                                                                                                                            |
| <b>Modalidade</b>                                                                            | <b>Virtual - Plataformas TalentLMS e Zoom</b>                                                                                                                                                                             |
| <b>Parceria</b>                                                                              | ICMBio) e Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional ( <i>United States Agency for International Development - USAID</i> ) e contou com instrutores do <i>US Forest Service</i> , ICMBio e do Ibama. |
| <b>Carga Horária</b>                                                                         | 30 horas, distribuídas em duas horas diárias                                                                                                                                                                              |
| <b>Representante da 4ª CCR</b>                                                               | <b>Erich Raphael Masson</b><br>(Procurador da República no Mato Grosso)                                                                                                                                                   |
| <b>Objetivo</b>                                                                              | Formar investigadores em causas e origens de incêndios florestais para apoiarem na instrução de processos decorrentes da infração ambiental.                                                                              |
| <b>Metodologia</b>                                                                           | Dividido em quatro partes: introdução ao enfrentamento às mudanças do clima, prioridades climáticas da Zona Costeira do Estado de São Paulo, discussões e conclusão.                                                      |

| <b>Encontro de Trabalho: A Produção Nacional de Fertilizantes e seus Impactos Econômicos e Sociais</b> |                               |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------|
| <b>Data</b>                                                                                            | <b>4 e 5 de maio de 2022</b>  |
| <b>Local</b>                                                                                           | <b>Espaço Multiuso na PGR</b> |



|                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Parceria</b>                    | Com a 3ª CCR do MPF (Consumidor e Ordem Econômica).                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| <b>Representantes da 4ª CCR</b>    | Álvaro Lotufo Manzano<br>(Procurador da República em Tocantins)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|                                    | Ana Karízia Távora Teixeira Nogueira<br>(Procuradora da República no município de Sobral/CE)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                                    | André Carlos de Amorim Pimentel Filho<br>(Procurador da República no Espírito Santo)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                    | Fernando de Almeida Marins<br>(Procurador da República em Minas Gerais)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|                                    | Gilberto Batista Naves Filho<br>(Procurador da República no município de Altamira/PA)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
|                                    | João Raphael Lima Sousa<br>(Procurador da República no município de Guarabira/PB)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
|                                    | José Milton Nogueira Júnior<br>(Procurador da República no município de Sobral/CE)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|                                    | Karine Suzan Hoffstaeter Boteon<br>(Procuradora da República no município de Altamira/PA)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>Objetivo</b>                    | Foram debatidos a vulnerabilidade decorrente da dependência do Brasil das importações de fertilizantes; iniciativas do governo e do setor privado para ampliar os investimentos na produção mineral; as alternativas nacionais de recursos minerais e a necessidade de conciliar segurança jurídica, preservação ambiental e proteção das comunidades afetadas nos novos projetos minerais.                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>Programação</b>                 | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/3CCR_EventoFertilizantes_ProgramacaoFINAL.pdf">http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/3CCR_EventoFertilizantes_ProgramacaoFINAL.pdf</a>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Links para mais informações</b> | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-promove-evento-para-debater-impactos-economicos-ambientais-e-sociais-dos-fertilizantes">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-promove-evento-para-debater-impactos-economicos-ambientais-e-sociais-dos-fertilizantes</a><br><a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/reuniao-interinstitucional-discute-aspectos-sociais-ambientais-e-economicos-da-producao-nacional-de-fertilizantes">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/reuniao-interinstitucional-discute-aspectos-sociais-ambientais-e-economicos-da-producao-nacional-de-fertilizantes</a> |

#### 4.5 Participação da coordenação ou de representante da 4ª Câmara em eventos

| Reunião para tratar da regulamentação de proteção a cavidades subterrâneas |                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Representantes</b>                                                      | Governo Federal                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| <b>Data</b>                                                                | 15 de julho de 2020                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Local</b>                                                               | PGR                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Objetivo</b>                                                            | Discutir a regulamentação que trata da proteção a cavidades subterrâneas, como cavernas e grutas.                                                                                                                                                                                 |
| <b>Foto</b><br>Fonte: Antônio Augusto /Secom/MPF                           |                                                                                                                                                                                               |
| <b>Link para mais informações</b>                                          | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/regulamentacao-de-protecao-a-cavidades-subterraneas-e-tema-de-reuniao-entre-pgr-e-ministros">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/regulamentacao-de-protecao-a-cavidades-subterraneas-e-tema-de-reuniao-entre-pgr-e-ministros</a> |

| <b>Visita a Floresta Nacional de Carajás no Pará</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Representantes</b>                                | Coordenadores da 4ª CCR e da 5ª CCR, Maria Iraneide Facchini                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Data</b>                                          | 28 de setembro a 1º outubro de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Local</b>                                         | Região da Floresta Nacional de Carajás, em Parauapebas/PA                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Objetivo</b>                                      | O objetivo da visita foi conhecer as práticas adotadas pela empresa Vale S.A para uma mineração sustentável na região, congregando o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.                                                                                                        |
| <b>Foto</b><br><br>Fonte: vale                       |                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Link para mais informações</b>                    | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/membros-do-mpf-visitam-floresta-nacional-de-carajas-pa-para-conhecer-projeto-de-mineracao-sustentavel">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/membros-do-mpf-visitam-floresta-nacional-de-carajas-pa-para-conhecer-projeto-de-mineracao-sustentavel</a> . |

| <b>Audiência debate ações de enfrentamento dos incêndios no Pantanal</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|--------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Representantes</b>                                                    | <b>Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho</b><br>(Coordenador da 4ª CCR) representando o PGR                                                                                                                                                                              |
| <b>Data</b>                                                              | 16 de outubro de 2020                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Local</b>                                                             | Comissão Temporária do Pantanal do Senado Federal                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>Objetivo</b>                                                          | Para acompanhar as ações de enfrentamento dos incêndios no Pantanal brasileiro.                                                                                                                                                                                             |
| <b>Link para mais informações</b>                                        | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-debate-acoes-de-enfrentamento-dos-incendios-no-pantanal-durante-audiencia-no-senado">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-debate-acoes-de-enfrentamento-dos-incendios-no-pantanal-durante-audiencia-no-senado</a> . |

| <b>MPF debate ações de combate aos incêndios em biomas brasileiros</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Representantes</b>                                                  | MPF                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
| <b>Data</b>                                                            | 21 de outubro de 2020                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Local</b>                                                           | 12ª Reunião Técnica da Comissão Externa da Câmara dos Deputados                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>Objetivo</b>                                                        | Acompanhar e promover estratégia nacional para enfrentar as queimadas em biomas brasileiros.                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Link para mais informações</b>                                      | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-debate-acoes-de-combate-aos-incendios-em-biomas-brasileiros-durante-reuniao-na-camara-dos-deputados">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-debate-acoes-de-combate-aos-incendios-em-biomas-brasileiros-durante-reuniao-na-camara-dos-deputados</a> . |

| <b>Webinário sobre Constituição, meio ambiente e sustentabilidade</b> |                                      |
|-----------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| <b>Representantes</b>                                                 | 4ª CCR e membros e servidores do MPU |
| <b>Data</b>                                                           | 21 de outubro de 2020                |
| <b>Local</b>                                                          | ESMPU                                |

|                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|-----------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Objetivo</b>                   | Acompanhar e promover estratégia nacional para enfrentar as queimadas em biomas brasileiros.                                                                                                                                                                                |
| <b>Link para mais informações</b> | <a href="http://escola.mpu.mp.br/conteudos-educacionais/atividades-de-extensao/webinarios/constituicao-meio-ambiente-e-sustentabilidade">http://escola.mpu.mp.br/conteudos-educacionais/atividades-de-extensao/webinarios/constituicao-meio-ambiente-e-sustentabilidade</a> |

| <b>Audiência pública para discutir paralisação do Fundo Amazônia</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Representantes</b>                                                | <b>Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho</b><br>(Coordenador da 4ª CCR representando o PGR)                                                                                                                                                                  |
| <b>Data</b>                                                          | 23 a 26 de outubro de 2020                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>Local</b>                                                         | STF                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>Objetivo</b>                                                      | Discutir a situação do Fundo Amazônia                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>Link para mais informações</b>                                    | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-discute-paralisacao-do-fundo-amazonia-em-audiencia-publica-convocada-pelo-stf">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-discute-paralisacao-do-fundo-amazonia-em-audiencia-publica-convocada-pelo-stf</a> . |

| <b>Audiência Pública para tratar da diminuição dos efeitos das queimadas no Bioma Pantanal</b> |                                                                                                                                                  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Representantes</b>                                                                          | MPF                                                                                                                                              |
|                                                                                                | <b>Pedro Paulo Grubits</b><br>(Representante da 4ª CCR)<br><b>Samara Dalloul</b><br>(Representante da 6ª CCR)                                    |
| <b>Data</b>                                                                                    | 15 de abril de 2021                                                                                                                              |
| <b>Local</b>                                                                                   | Câmara dos Deputados                                                                                                                             |
| <b>Objetivo</b>                                                                                | Atuação preventiva para diminuir os efeitos das queimadas no Bioma Pantanal.                                                                     |
| <b>Encaminhamentos/ Resultados</b>                                                             | O MP intenciona em trabalhar na orientação aos órgãos de controle para a criação de protocolos de prevenção e fiscalização de crimes ambientais. |
| <b>Link para mais informações</b>                                                              | <a href="#">diminuir-efeitos-das-queimadas-no-pantanal</a>                                                                                       |

| <b>Encontro das Forças-Tarefas dos Ministérios Públicos da Amazônia Legal e do MPF</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Representante</b>                                                                   | <b>Juliano Baiocchi</b><br>(Coordenador da 4ª CCR)                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>Data</b>                                                                            | 13 de maio de 2021                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>Promovido</b>                                                                       | Conselho Nacional do Ministério Público                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Modalidade</b>                                                                      | Viodeoconferência                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>Objetivo</b>                                                                        | Proporcionar a troca de experiências e informações entre membros de forças-tarefas e de grupos de trabalho criados pelos MPs para prevenir e combater desmatamento, queimadas ilegais e degradação ambiental na Amazônia Legal.                                                                                             |
| <b>Link para maiores informações</b>                                                   | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/coordenador-da-camara-de-meio-ambiente-do-mpf-participa-de-encontro-das-forcas-tarefas-dos-mps-da-amazonia-legal">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/coordenador-da-camara-de-meio-ambiente-do-mpf-participa-de-encontro-das-forcas-tarefas-dos-mps-da-amazonia-legal</a> |

| <b>Audiência Pública referente ao incremento da fiscalização na liberação de agrotóxicos no Brasil</b> |                                                                                                                                |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Representante</b>                                                                                   | <b>Marco Antônio Delfino de Almeida</b><br>(Procurador da República no município de Dourados/MS<br>Membro do GTI Agroecologia) |
| <b>Data</b>                                                                                            | 23 de setembro de 2021                                                                                                         |
| <b>Modalidade</b>                                                                                      | Virtual                                                                                                                        |
| <b>Local</b>                                                                                           | Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) da Câmara dos Deputados                                                              |

|                                    |                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Objetivo</b>                    | Instruir a Proposta de Fiscalização e Controle nº 8/2019, que pede que a Câmara dos Deputados, com o apoio do TCU, instaure procedimento para fiscalizar a liberação de agrotóxicos no Brasil e a isenção fiscal concedida a esses produtos.                                        |
| <b>Encaminhamentos/ Resultados</b> | No encontro, o procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida defendeu que é preciso ampliar e fortalecer a fiscalização e dar mais transparência às informações, de modo a proteger a sociedade e ampliar a segurança no processo de liberação e uso dessas substâncias. |
| <b>Link para mais informações</b>  | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-defende-incremento-da-fiscalizacao-no-processo-de-liberacao-de-agrotoxicos-no-brasil">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-defende-incremento-da-fiscalizacao-no-processo-de-liberacao-de-agrotoxicos-no-brasil</a>         |

| <b>Oficina de Geotecnologia para o controle ambiental</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-----------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Representante</b>                                      | MPF                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|                                                           | <b>Rafael da Silva Rocha</b><br>Procurador da República no Amazonas<br>(Representante da 4ª CCR)                                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Data</b>                                               | 15 de outubro de 2021                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>Local</b>                                              | Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
| <b>Objetivo</b>                                           | Apresentação das geotecnologias desenvolvidas pelo Centro de Sensoriamento Remoto (CSR) e Laboratório de Gestão de Serviços Ambientais (Lagesa) da UFMG, assim como do MPF; do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam); da Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente do Exército Brasileiro (DPIMA/EB), e outros órgãos governamentais de controle. |

| <b>Reunião sobre Temas Prioritários da Câmara Criminal biênio 2022/2023</b> |                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                             | <b>Marcus Vinícius Aguiar Macedo</b><br>Procurador Regional da República na 4ª Região<br>(Membro Suplente da 4ª CCR)                                                                                                                                      |
|                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>Data</b>                                                                 | 26 a 28 de abril de 2022                                                                                                                                                                                                                                  |
| <b>Local</b>                                                                | Windsor Hotel Brasília                                                                                                                                                                                                                                    |
| <b>Objetivo</b>                                                             | Tratar sobre as prioridades para a área criminal do MPF, a fim de traçar uma estratégia de atuação nacional.                                                                                                                                              |
| <b>Metodologia</b>                                                          | Os temas em discussão foram definidos após consulta pública promovida pela 2ªCCR, nos meses de dezembro de 2021 e janeiro de 2022. O levantamento apontou 14 temáticas principais, colocadas em votação durante a reunião de trabalho.                    |
| <b>Encaminhamentos/ Resultados</b>                                          | As cinco temáticas principais foram definidas por votação, após discussão em âmbito nacional, a saber: 1) Acordos de Não Persecução Penal (ANPPs); 2) lavagem de dinheiro; 3) organizações criminosas; 4) crimes cibernéticos; 5) persecução patrimonial. |
| <b>Ações propostas</b>                                                      | <a href="https://portal.mpf.mp.br/novaintra/dest_inf_dir/docs-e-imagens/2CCRAESPROPOSTASEMMESASTEMASCRIMINAIS2022FINAL.pdf">https://portal.mpf.mp.br/novaintra/dest_inf_dir/docs-e-imagens/2CCRAESPROPOSTASEMMESASTEMASCRIMINAIS2022FINAL.pdf</a>         |
| <b>Link para mais informações</b>                                           | <a href="https://portal.mpf.mp.br/gw/webacc/c99fc13f69a1a4bc1deefd33bf465f3e2a8fb4a1212b6cecac92645cf5534345/SOAP/HREF/?">https://portal.mpf.mp.br/gw/webacc/c99fc13f69a1a4bc1deefd33bf465f3e2a8fb4a1212b6cecac92645cf5534345/SOAP/HREF/?</a>             |

| <b>1ª Reunião do Comitê Permanente de Fomento à Atuação Resolutiva do MP</b> |                                                                                                                      |
|------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Representante</b>                                                         | <b>Marcus Vinícius Aguiar Macedo</b><br>Procurador Regional da República na 4ª Região<br>(Membro Suplente da 4ª CCR) |
|                                                                              |                                                                                                                      |
| <b>Data</b>                                                                  | 3 de maio de 2022                                                                                                    |
| <b>Local</b>                                                                 | Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, com transmissão simultânea pelo                                 |

|                 |                                                                                                                                                                      |
|-----------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                 | canal do CNMP no YouTube                                                                                                                                             |
| <b>Objetivo</b> | Tratar de ações relacionadas à implantação da Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva no Público brasileiro, instituída pela Recomendação CNMP nº 54/2017. |

| <b>Audiência Pública “Pró-Águas Urucuia”</b> |                                                                                           |
|----------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Representante</b>                         | <b>Hebert Reis Mesquita</b><br>Procurador da República no município de Paracatu/MG        |
| <b>Data</b>                                  | 19 de maio de 2022                                                                        |
| <b>Modalidade</b>                            | Videoconferência                                                                          |
| <b>Objetivo</b>                              | Debater o projeto Pró-Águas Urucuia, em especial os impactos socioambientais da barragem. |

#### 4.6 Recomendações da 4ª Câmara

Na gestão do biênio de 2020-2022 foram expedidas duas recomendações:

**4.6.1 Recomendação nº 1/2020 – ao MMA –** Que não sejam admitidos, em nenhuma instância do Conama), o processamento, a discussão ou a deliberação de qualquer proposta de resolução ou de outro ato que objetive a postergação de prazos, a flexibilização de limites ou mesmo a suspensão da eficácia de dispositivos das Resoluções nº 490/2018 ou 492/2018, que estabelecem as fases L7, L8 e P8 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve).

**4.6.2 Recomendação nº 1/2021 – ao MMA –** Que não sejam admitidos, em nenhuma instância do Conama o processamento, a discussão ou a deliberação de quaisquer propostas que objetivem a postergação de prazos - inclusive aqueles em vigor para efeitos de constituição e comercialização dos chamados "estoques de passagem" -, a flexibilização de limites ou mesmo a suspensão da eficácia de dispositivos das Resoluções nº 490/2018 ou 492/2018, que estabelecem as fases L7, L8 e P8 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve), sob pena de atuação do Conama manifestamente à margem das suas atribuições legais e dos princípios constitucionais implicados no dever de proteção estatal aos direitos fundamentais.

As recomendações da 4ª Câmara poderão ser acessadas no endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/recomendacoes-4accr>.

#### 4.7 Notas Públicas

| Nº | Ementa                                                                                                                            | Ano  | Autores               | Link para Acesso                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|----|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|-----------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 01 | Preocupação com o crescimento vertiginoso dos danos ambientais que vêm ocorrendo no país.                                         | 2020 | 4ª CCR                | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/dia-mundial-do-meio-ambiente-mpf-demonstra-preocupacao-com-retrocesso-na-politica-ambiental-brasileira/view">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/dia-mundial-do-meio-ambiente-mpf-demonstra-preocupacao-com-retrocesso-na-politica-ambiental-brasileira/view</a> . |
| 01 | Possíveis pleitos de alteração do calendário vigente para passagem da fase L6 para a L7 do Programa de Controle da Poluição do Ar | 2021 | GT<br>Qualidade do Ar | <a href="http://mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/docs/2021-2/">http://mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/docs/2021-2/</a>                                                                                                                                                                                         |

por Veículos Automotores para veículos leves, estabelecido por meio da Resolução nº 492/2018 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

[nota-proconve-9-12-2021](#)

#### 4.8 Notas Técnicas

Na gestão do biênio de 2020-2022, a 4ª Câmara expediu oito notas técnicas, conforme abaixo especificado:

| Nº | Ementa                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 | Ano  | Autores | Link para Acesso                                                                                                                                                                                                                                                          |
|----|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|---------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 03 | Nota Técnica sobre a Resolução Conama nº 500, de 19/10/20, que revogou as Resoluções nºs 284, 302 e 303, do mesmo Órgão do SISNAMA.                                                                                                                                                                                                                                                                    | 2020 | 4ª CCR  | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas/NotaTecnica032020.pdf">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas/NotaTecnica032020.pdf</a>                                   |
| 01 | Capacidade de suporte de turistas em Fernando de Noronha.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | 2021 | 4ª CCR  | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas/NT120214CCRPGR00039360.2021.pdf">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas/NT120214CCRPGR00039360.2021.pdf</a>               |
| 02 | Análise do Projeto de Lei nº 6.479, de 2019, que denomina Costa Verde a região que compreende os Municípios de Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba, Paraty e Rio Claro, localizados no estado do Rio de Janeiro, e a torna Área Especial de Interesse Turístico.                                                                                                                                      | 2021 | 4ª CCR  | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas/NT22021PL6.4792019PGR00049165.2021.pdf">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas/NT22021PL6.4792019PGR00049165.2021.pdf</a> |
| 03 | Alterações no Decreto nº 6.514/2008 promovidas pelo Decreto nº 9.760/2019, o qual criou os Núcleos de Conciliação Ambiental (Nucam), e sobre a Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO nº 1/2021, que “regulamenta o processo administrativo federal para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente”, inclusive em relação aos referidos núcleos. | 2021 | 4ª CCR  | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas/NT4CCRN32021PGR00270633.2021.pdf">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas/NT4CCRN32021PGR00270633.2021.pdf</a>             |
| 04 | Trata do Projeto de Lei nº 2.159/2021, em trâmite no Senado Federal (nº 3.729/2004, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre o licenciamento ambiental; regulamenta o inciso IV do § 1º do art. 225 da Constituição Federal; altera as Leis nº 9.605/1998 e nº 9.985/2000; revoga dispositivo da Lei nº 7.661/1988; e dá outras providências.                                                        | 2021 | 4ª CCR  | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas/Notatecnica042021.pdf">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas/Notatecnica042021.pdf</a>                                   |
| 05 | Referente ao Pedido de Providências nº 0004214-97.2019.2.00.0000, que trata de proposta de provimento que visa disciplinar a aplicação do item 3 do inciso II do § 1º do art. 176 da Lei 6.015/1973, sob a ótica das repercussões socioambientais no registro de imóveis.                                                                                                                              | 2021 | 4ª CCR  | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas/NT520214CCR.pdf">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas/NT520214CCR.pdf</a>                                               |
| 01 | Referente ao Decreto nº 10.935, de 12 de                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | 2022 | 4ª CCR  | <a href="http://www.mpf.mp.br/">http://www.mpf.mp.br/</a>                                                                                                                                                                                                                 |



janeiro de 2022, que altera a proteção de cavernas e cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional.

atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas/nt-1-2022-4a-ccr-decreto-10-935-2022-cavidades-naturais.pdf

|    |                                                                                                                                                                                                             |      |        |                                                                                                        |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 02 | Acordo de Cooperação Técnica a ser firmado entre Ibama e CNMP para compartilhamento de dados restritos dos sistemas de controle do Ibama pelos Procuradores da República com atuação na temática florestal. | 2022 | 4ª CCR | www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/notas-tecnicas/nota-tecnica-no-2-2022 |
|----|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------|--------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|

#### 4.9 Acordos de Cooperação Técnicas

##### MPF e UFMG

O MPF celebrou em junho de 2020 dois acordos de cooperação técnica destinados a aprimorar a atuação institucional em defesa do meio ambiente. As parcerias firmadas com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com o Instituto Igarapé, sediado no Rio de Janeiro, são resultados de articulação da 4ª Câmara e visam o intercâmbio de informações e conhecimento para o combate aos crimes ambientais e ao desmatamento ilegal nas cadeias produtivas da agropecuária.

Os acordos estabelecem, entre outras ações, o apoio necessário à realização de atividades de interesse comum entre o MPF e as instituições de ensino e pesquisa, além de contribuir para o desenvolvimento de um laboratório de ideias, conhecido como “think tank”.

O acompanhamento dos acordos será feito por servidores designados pela 4ª Câmara e pela Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (Sppea) da PGR e profissionais especializados indicados pelas instituições. Os acordos têm vigência de 24 meses, podendo ser prorrogado por meio de termo aditivo.

O Acordo de Cooperação Técnica com a UFMG está disponível no endereço eletrônico <http://mpf.mp.br/pgr/documentos/ACTMPFxUFMG.pdf> e com o Instituto Igarapé e no endereço eletrônico <http://mpf.mp.br/pgr/documentos/ACTMPFxInstitutoIgarape.pdf>.

O 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica foi assinado no dia 13 de maio de 2022, visando a prorrogação da vigência do acordo por mais 24 meses, a contar da data de 30 de junho de 2022.

O 1º Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica está disponível no endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/TermoAditivoACTMPFxUFMG.pdf>.

##### MPF e ANM

No dia 21 de setembro de 2020, foi firmado o Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o MPF e a Agência Nacional de Mineração (ANM), com o objetivo de estabelecer formas de cooperação orientada à viabilização de acesso às funcionalidades do perfil de Auditor do Sistema Integrado de Gestão de Segurança de Barragens de Mineração - SIGBM para pesquisa de dados que possam subsidiar as atividades do MPF.

O ACT poderá ser acessado no endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/ACTMPFxANMAcessoSIGBM1.pdf>.

A 4ª Câmara, após aprovação pelo Colegiado da minuta dos acordos de cooperação técnica, abaixo especificados, efetuou o regular processamento para análise e subscrição junto à Secretaria-Geral do MPF.

#### MPF e ISA

Proposta de Acordo de Cooperação Técnica entre o MPF e o Instituto Sociambiental (ISA), com a finalidade de auxiliar a 4ª Câmara na proteção da Floresta Amazônica, colocando à disposição o sistema de monitoramento mensal do desmatamento por imagens de satélite radar, realizada pelas advogadas do ISA Carolina Reis e Elis Araújo, e o engenheiro florestal Ricardo Abad.

A assinatura do ACT está em fase de conclusão.

#### Acordo MPF e CIRAT

O Projeto Conexão Água da 4ª Câmara apresentou proposta de Acordo de Cooperação Técnica entre o MPF e o Centro Internacional de Água e Transdisciplinaridade (CIRAT), visando a atuação conjunta no tema de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos e na adaptação às Mudanças Climáticas.

Tal iniciativa, é resultado das discussões e tratativas de reuniões realizadas no 2º semestre de 2020 entre membros do Projeto Conexão Água e da 4ª. Câmara, relacionadas a parceria entre o MPF e o CIRAT, que tem como objeto a cooperação técnica para elaboração de estudos, ações conjuntas e promoção de encontros e seminários com o objetivo de aprimorar a gestão de recursos hídricos e a adaptação às mudanças climáticas contribuindo para o avanço no conhecimento e boas práticas para a conservação da quantidade e qualidade da água.

O ACT foi assinado em 16 de setembro de 2021, e poderá ser acessado no endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/ACTMPFeCIRATPGR00304009.2021.pdf>.

Como uma das atividades que integram o referido ACT, foi realizado no dia 7 de dezembro, o webinar "Água Boa de Beber e Plano de Segurança da Água: Evento preparatório para o 9ª Fórum Mundial da Água – Senegal".

Informações complementares sobre o evento no item 4.12.1

#### MPF e IICA

O Projeto Conexão Água da 4ª Câmara apresentou proposta de Acordo de Cooperação Técnica a ser celebrado entre o MPF e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), tendo como objeto contribuir e incentivar projetos de boas práticas, em temas atuais e prioritários, provenientes de preocupações comuns ou que surjam de propostas e sinergias dos partícipes com o objetivo de aprimorar a competitividade do sistema agroalimentar, a redução da pobreza e a melhoria das condições de vida, do meio ambiente e da água, em nível nacional.

O acordo de cooperação engloba, ainda, ações de elaboração de estudos, publicações, recomendações técnicas e o apoio a realização de eventos, cursos e seminários para o avanço no conhecimento prático para desenvolvimento sustentável da agricultura, Segurança Alimentar, Gestão e Segurança Hídrica, conservação da água, relação do uso da Água para a Irrigação e Defesa Civil, Abastecimento de Água e Saneamento e Educação Ambiental, apoiar o setor água reduzindo deficiências na articulação e coordenação Intersetoriais, em prol do interesse público.

A assinatura do ACT está em fase de conclusão.

### **4.10 Outras Iniciativas**



| <b>Análise da legalidade da revogação de resoluções pelo Conama</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|---------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Entenda o caso</b>                                               | O coordenador da 4ª Câmara, Juliano Baiocchi, requisitou ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) os votos de todos os participantes da reunião realizada pelo órgão no dia 28 de setembro de 2020. O objetivo foi aprofundar a análise das medidas deliberadas para avaliar eventuais impactos, considerando tanto a Constituição Federal quanto a legislação vigente, tendo em vista as normas que regulam a preservação ambiental e o desenvolvimento sustentável do país. |
| <b>Link para mais informações</b>                                   | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/camara-de-meio-ambiente-do-mpf-vai-analisar-legalidade-da-revogacao-de-resolucoes-pelo-conama">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/camara-de-meio-ambiente-do-mpf-vai-analisar-legalidade-da-revogacao-de-resolucoes-pelo-conama</a>                                                                                                                                                                                               |

| <b>Representação na Operação Verde Brasil 2</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|-------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Entenda o caso</b>                           | A Operação Verde Brasil 2, que foi estabelecida pelo Decreto Presidencial nº 10.341, tem atuação preventiva e repressiva contra delitos ambientais, direcionada ao desmatamento ilegal e a focos de incêndio na Amazônia Legal.<br>As ações da Verde Brasil ocorrem em faixas de fronteira, terras indígenas, unidades federais de conservação ambiental e outras áreas federais da Amazônia Legal.              |
| <b>Encaminhamentos/Resultados</b>               | Na 576ª Sessão Ordinária de Revisão, realizada em 30 de setembro de 2020, a 4ª Câmara deliberou pela indicação dos seguintes nomes: Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho, representante no Distrito Federal; Leonardo de Faria Galiano, representante no Amazonas; Pedro Paulo Grubits Gonçalves de Oliveira, representante no Mato Grosso do Sul; e, Jorge Mauricio Porto Klanovicz, representante no Pará. |

| <b>Investigação do presidente do Ibama por afrouxar regras para exportação de madeira</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|-------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Entenda o caso</b>                                                                     | A 4ª Câmara solicitou apuração de eventual responsabilização criminal e por ato de improbidade administrativa do presidente do Ibama, Eduardo Bim, em razão da expedição de despachos que liberam a exportação de madeira sem fiscalização ambiental, "facilitando o cometimento de ilícitos ambientais".<br>A decisão foi tomada pelo Colegiado ao não homologar o arquivamento de uma investigação que apurava a venda de madeira nativa sem a autorização de exportação do Ibama. |
| <b>Encaminhamentos/Resultados</b>                                                         | O pedido de investigação foi enviado à unidade no Distrito Federal, no dia 12 de abril.<br>A representação enviada ao MPF no DF para apuração de eventuais crimes e atos de improbidade praticados por Eduardo Bim cita ainda uma série de matérias jornalísticas divulgadas pela mídia nacional.                                                                                                                                                                                    |
| <b>Link da Representação</b>                                                              | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/OficioPRDFPGR00123703.2021.pdf">http://www.mpf.mp.br/pgr/documentos/OficioPRDFPGR00123703.2021.pdf</a>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |

|                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Link para mais informações</b> | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/camara-ambiental-do-mpf-pede-investigacao-do-presidente-do-ibama-por-afrouxar-regras-para-exportacao-de-madeira">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/camara-ambiental-do-mpf-pede-investigacao-do-presidente-do-ibama-por-afrouxar-regras-para-exportacao-de-madeira</a> |
|-----------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

| <b>Decreto sobre cavidades naturais subterrâneas reduz proteção de cavernas brasileiras e ameaça áreas intocadas</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Entenda o caso</b>                                                                                                | A 4ª Câmara manifestou-se, por meio de ofício ao PGR, contrariamente às alterações trazidas pelo Decreto 10.935/2022 que regulamenta a proteção das cavidades naturais subterrâneas existentes no país. No documento, a 4ª Câmara sustenta que não houve atenção aos princípios constitucionais que regem a matéria e densificam o princípio do desenvolvimento sustentável reconhecido na Constituição Federal.                       |
| <b>Encaminhamentos/Resultados</b>                                                                                    | Foi encaminhado ofício à PR/DF, solicitando a distribuição como representação ao ofício competente, para que sejam adotadas medidas de averiguação cabíveis contra o mencionado ato, inclusive de eventual ajuizamento de ação civil pública.<br>Em complemento foi elaborada nota técnica pela 4ª Câmara na qual considera que o Decreto Presidencial é inconstitucional e prejudicial à proteção do patrimônio ambiental brasileiro. |
| <b>Link para mais informações</b>                                                                                    | <a href="http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/decreto-sobre-cavidades-naturais-subterraneas-reduz-protacao-de-cavernas-brasileiras-e-ameaca-areas-intocadas-aponta-mpf">http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/decreto-sobre-cavidades-naturais-subterraneas-reduz-protacao-de-cavernas-brasileiras-e-ameaca-areas-intocadas-aponta-mpf</a>                                                                                            |

| <b>Lei que altera Código Florestal fragiliza proteção de APPs em áreas urbanas</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Entenda o caso</b>                                                              | A 4ª Câmara manifestou-se contrariamente às alterações trazidas pela Lei 14.285, que mudou dispositivos do Código Florestal referentes à proteção de APPs em áreas urbanas de todo o país. O colegiado entendeu que há inconstitucionalidade quando o legislador desloca a competência da União para os municípios e para o Distrito Federal para definir as faixas marginais de qualquer curso d'água perene ou intermitente em áreas urbanas de preservação permanente, em discordância com o Código Florestal. |
| <b>Encaminhamentos/Resultados</b>                                                  | O posicionamento da Câmara foi manifestado pelo envio de proposta de representação ao procurador-Geral da República, para que seja avaliada a adoção de eventuais providências no STF.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            |
| <b>Link para mais informações</b>                                                  | <a href="https://portal.mpf.mp.br/gw/webacc/50bbe59bc5f990ea9f3e768c138eb4d1be192a4a4da3f16d9d63e4926f8f883/SOAP/HREF/?">https://portal.mpf.mp.br/gw/webacc/50bbe59bc5f990ea9f3e768c138eb4d1be192a4a4da3f16d9d63e4926f8f883/SOAP/HREF/?</a>                                                                                                                                                                                                                                                                       |

|                                                                              |
|------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Proposta de participação da 4ª CCR no Projeto GOIA da Polícia Federal</b> |
|------------------------------------------------------------------------------|

|                                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|-----------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Entenda o caso</b>             | <p>Foi proposto na 17ª Sessão Ordinária de Coordenação do Colegiado a participação da 4ª Câmara no Projeto GOIA da Polícia Federal, acrônimo para Guarda, Observação, Investigação e Análise de Bens Culturais e obras de artes.</p> <p>O projeto está sendo construído com a formação de eixos de gerência, técnico-científico, banco de dados, capacitação e relação interagências.</p> |
| <b>Encaminhamentos/Resultados</b> | <p>O Colegiado deliberou, à unanimidade, pela aprovação da participação da 4ª Câmara e indicação da Procuradora Regional da República na 1ª Região Zani Cajueiro Tobias de Souza como representante da Câmara no projeto GOIA da Polícia Federal.</p>                                                                                                                                     |

| <b>Acesso a dados estratégicos dos sistemas de controle do Ibama</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|----------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Entenda o caso</b>                                                | <p>O Ibama encontra-se em tratativas com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) para firmar acordo de cooperação técnica para compartilhamento de dados dos sistemas do Ibama, como Sistema de Origem Florestal (SISDOF) e Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais (Sinaflor), nos moldes do já firmado com a Polícia Federal, para permitir o acesso a dados restritos dos sistemas de controle daquela autarquia diretamente aos promotores e procuradores interessados.</p> |
| <b>Encaminhamentos/Resultados</b>                                    | <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Expedido Ofício Circular aos Procuradores-Chefes nos estado, solicitando o compartilhamento dessa proposta de acordo aos escritórios ambientais;</li> <li>2. Elaboração da Nota Técnica nº 2/2022, com o objetivo de elencar dados estratégicos e perfis de acesso aos sistemas mapeados como prioritários para o compartilhamento das informações pelo Ibama, a fim de subsidiar a atuação dos escritórios ambientais.</li> </ol>                                    |

| <b>4CCR reforça teses do STJ que asseguram direito de acesso à informação ambiental</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
|-----------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Entenda o caso</b>                                                                   | <p>Com o objetivo de uniformizar o conhecimento interno e respaldar a atuação institucional de membros do MPF, a 4ª Câmara destaca quatro teses fixadas recentemente pela Primeira Seção do STJ para assegurar o direito de acesso à informação ambiental. As diretrizes foram estabelecidas durante o julgamento do Incidente de Assunção de Competência (IAC) nº 13 – originado do Recurso Especial 1.857.098/MS – e têm caráter vinculante.</p> |
| <b>Encaminhamentos/Resultados</b>                                                       | <p>A ampla divulgação do acórdão foi deliberada durante a 20ª Sessão de Coordenação do Colegiado. Durante a reunião, foi decidido, ainda, que será realizada uma análise aprofundada quanto a eventuais impactos das diretrizes nos projetos Transparência Ambiental e Amazônia Protege, além de estudo para a elaboração de orientação ou enunciado da Câmara visando à adoção de medidas relativas à averbação de informações ambientais nos</p> |

#### 4.11 Grupos de Trabalho

Em virtude de conveniência, restrições orçamentárias enfrentadas pelo MPF e, desde 2020, em decorrência da pandemia pela COVID-19, as reuniões dos GTs devem ser realizadas, preferencialmente, por meio de videoconferência ou outros recursos tecnológicos que permitam a comunicação à distância.

##### Diagnóstico Situacional

Com o objetivo de otimizar e fortalecer as atividades de integração e de unidade institucional foi realizado, em agosto de 2020, um diagnóstico de cada GT da 4ª Câmara contemplando as atividades realizadas, os resultados alcançados, os produtos gerados durante a vigência do grupo e a situação atualizada frente aos objetivos e metas traçados.

Pela avaliação do “Relatório de Acompanhamento das Atividades Desenvolvidas pelos Grupos de Trabalho”, elaborado a partir do diagnóstico situacional, bem como pela aprovação, pelo Colegiado da Câmara, do limite regulamentar de 10 (dez) Grupos de Trabalho internos da 4ª Câmara, podendo este quantitativo ser ultrapassado nos casos de grupos de trabalho intercamerais (entre as Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal) ou interinstitucionais (com a participação de outras instituições, denominados) foram encerrados, pela Portaria 4ª CCR nº 17/2020, de 18 de novembro de 2020, os seguintes GTs: Área de Preservação Permanente; Bioma Cerrado; Bioma Marinho Costeiro; Energia Nuclear e Materiais Radioativos; Espécies em Extinção e Biodiversidade; Intervenção Rápida contra Superdesmatamento na Amazônia; Mineração; Pantanal; Revitalização da Bacia do Rio São Francisco; Semiárido Brasileiro; Utilidade, Eficiência e Projetos; Valoração de Danos Ambientais e ao Patrimônio Cultural.

##### Plano de Ação para 2021

Com o objetivo de compor o Plano de Ação dos Grupos de Trabalho (GTs) da 4ª Câmara para o exercício de 2021, foi realizada no dia 1º de março, por meio da plataforma virtual Zoom, reunião com o coordenador da Câmara, Juliano Baiocchi Villa-Verde de Carvalho; os membros da Câmara, Subprocuradores-Gerais da República Nicolao Dino de Castro e Costa Neto e Darcy Santana Vitobello; e os coordenadores e membros dos Grupos de Trabalho da Câmara.

Na oportunidade foram apresentados e submetidos as considerações dos presentes os planos de ação, contendo as metas, os objetivos, os prazos para realização e seus indicadores, de cada grupo de trabalho para o exercício de 2021.

O Plano de Ação dos anos de 2021 e 2022 estão disponíveis no endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho>.

#### **Alteração, criação, extinção e implementação de GTs na gestão do biênio de 2020-2022**

##### GT Amazônia Legal

Pelo fato de ter ultrapassado a fase de projeto em virtude de ter alcançado todo seu escopo, a iniciativa Amazônia Protege teve suas atividades incluídas nas atribuições do Grupo de Trabalho Amazônia Legal, no que diz respeito ao cruzamento de informações, reuniões com órgãos e entidades parceiras, além da preparação de material útil e pronto para subsidiar a decisão dos procuradores naturais em ajuizar ou não as ações respectivas, conforme estabelecido na Portaria 4ª CCR nº 6/2021.

Para a coordenação de tais iniciativas foi designado o procurador da República Daniel César Azeredo Avelino, membro do GT.

#### **GTI Grandes Empreendimentos**

Pela Portaria 4ª CCR nº 1/2021, de 5 de março de 2021, foi encerrado o Grupo de Trabalho Intercameral Grandes Empreendimentos.

Tal determinação foi deliberada, à unanimidade, pelo Colegiado da 4ª Câmara, na 5ª Sessão de Coordenação, assim como, concerniu com as manifestações pela concordância tanto da 6ª Câmara (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais) como da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC).

#### **GT Patrimônio Cultural**

Pela Portaria 4ª CCR nº 4/2022, de 26 de abril de 2022, foi encerrado o Grupo de Trabalho Patrimônio Cultural, conforme deliberado na 18ª Sessão Ordinária de Coordenação.

#### **GT Segurança em Barragens**

Pela Portaria 4ª CCR nº 8, de 2 de julho de 2021, foi encerrado o o Grupo de Trabalho Segurança em Barragens, conforme deliberado na 10ª Sessão de Coordenação do Colegiado.

#### **GT Intercameral Regularização Fundiária em Unidades de Conservação**

Pela Portaria 4ª CCR nº 10, de 2 de julho de 2021, foi alterada a nomenclatura do Grupo de Trabalho Intercameral Regularização Fundiária em Unidades de Conservação para Grupo de Trabalho Unidades de Conservação.

#### **GT Meio Ambiente, Sociedade e Governança**

Pela Portaria 4ª CCR nº 1, de 4 de fevereiro de 2022, foi criado o GT Meio Ambiente, Sociedade e Governança, que terá como principais objetivos: i) contribuir com o amplo debate entre instituições sobre a aplicação de iniciativa ASG, estimulando a elaboração e implementação de parâmetros unificados/nacionais de reconhecimento de princípios e padrões de governança, transparência, sustentabilidade, inclusão, equidade, ética e integridade nas relações e interações entre agentes públicos e privados; ii) colaborar com ações coordenadas promovidas por órgãos e entidades para auxiliar na elaboração de diagnóstico de sustentabilidade ambiental, no contexto da Administração Pública e de organizações não governamentais, fomentando e realizando amplo diálogo com a sociedade civil, agentes públicos e privados que atuam no cenário; iii) promover chamamento em edital para identificar medidas judiciais e extrajudiciais já adotadas por membros do MPF em questões relativas à redução do desmatamento, gestão de resíduos, escassez de água e outros temas relevantes para o grupo de trabalho, a serem organizadas e publicadas eletronicamente pela 4ª Câmara de Coordenação e Revisão; iv) apoiar os procuradores naturais na apuração de notícias de violação de direitos na matéria, a partir da perspectiva da sustentabilidade, da governança e do meio ambiente; v) elaborar manual de atuação, a ser submetido à aprovação do Colegiado da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, com a finalidade de subsidiar a atuação dos membros do MPF.

#### **GT Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de Santa Catarina (ZEE-SC)**

Pela Portaria 4ª CCR nº 3, de 26 de abril de 2022, foi criado o GT Zoneamento Ecológico-Econômico do estado de Santa Catarina (ZEE-SC), que terá dentre outros objetivos, o acompanhamento e fiscalização do processo de elaboração do zoneamento ecológico-econômico do estado de Santa Catarina.

#### **GT Interinstitucional Proteção Integrada do Meio Ambiente e Comunidades Tradicionais**

Proposta de criação aprovada na 7ª Sessão Ordinária de Coordenação, o GT Interinstitucional Proteção Integrada ao Meio Ambiente e Comunidades Tradicionais, que terá dentre outros objetivos: i) criar a “Frente de Proteção Integrada” nos estados, que se constituirá sob a forma de força-tarefa temporária; ii) formalizar Termo de Cooperação Técnica com a Polícia Rodoviária Federal, Ibama e SEMA, para padronização dos TCOs e BOPs em caso de apreensão de produtos de origem animal e vegetal em situação irregular, com indicação da quantidade de vezes que o caminhão foi detido em situação similar, pronto encaminhamento dos documentos ao Ministério Público (TCOs e Autos de Infração), formação de um banco de dados no MPF (com o auxílio da Secretaria de Pesquisa, Perícia e Análise (Sppea/MPF) com cruzamento de informações de inteligência entre os estados da federação de modo a potencializar os resultados dos órgãos de fiscalização em vários aspectos; iii) expedir Recomendação Conjunta (MPF, MPE, DPU e DPE) ao Ibama e SEMA; iv) acompanhar as propostas de alteração legislativa para influenciar melhores resultados a partir dos resultados obtidos com o trabalho das FPIs; oferecer suporte doutrinário e jurisprudencial para questões judiciais e extrajudiciais pertinentes ao direito registral de propriedades agrárias; opinar e oferecer suporte e sugestões aos membros que atuem com a matéria agrária e que busquem apoio em um grupo especializado; coordenar um fórum nacional para o debate de questões agrárias com os órgãos e instituições pertinentes, promovendo o intercâmbio permanente de informações e soluções criativas, bem como promovendo o diálogo permanente com as comunidades e movimentos sociais.

#### **GT Proteção Integrada ao Meio Ambiente e Comunidades Tradicionais (Interinstitucional)**

Está em fase de implantação o GT Proteção Integrada ao meio Ambiente e Comunidades Tradicionais.

Informações sobre os grupos de trabalho da 4ª Câmara poderão ser acessadas no endereço: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho>.

O Quadro 1 apresenta o endereço eletrônico para acesso a maiores informações sobre cada GT, como finalidade, composição, informações gerais, atas, documentos diversos, entre outras:

Quadro 1 – Grupos de Trabalho em atividade na 4ª CCR

| GRUPOS DE TRABALHO |                                       |                                                                                                                                                                                                                                                       |
|--------------------|---------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                    | NOME                                  | LINK DE ACESSO                                                                                                                                                                                                                                        |
| 1                  | Agroecologia (Intercameral)           | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-transgenicos">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-transgenicos</a>                                           |
| 2                  | Amazônia Legal                        | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/amazonia-legal">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/amazonia-legal</a>                                             |
| 3                  | Cana-de-Açúcar                        | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/cana-de-acucar">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/cana-de-acucar</a>                                             |
| 4                  | Mata Atlântica                        | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/mata-atlantica">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/mata-atlantica</a>                                             |
| 5                  | Meio Ambiente, Sociedade e Governança | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/meio-ambiente-sociedade-e-governanca">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/meio-ambiente-sociedade-e-governanca</a> |



|   |                                                                     |                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|---|---------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 6 | Mudanças Climáticas                                                 | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/mudancas-climaticas">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/mudancas-climaticas</a>                                                                               |
| 7 | Qualidade do Ar                                                     | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/qualidade-do-ar">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/qualidade-do-ar</a>                                                                                       |
| 8 | Unidades de Conservação (Intercameral)                              | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-regularizacao-fundiaria-de-uc">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/gt-regularizacao-fundiaria-de-uc</a>                                                     |
| 9 | Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado de Santa Catarina (ZEE-SC) | <a href="http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/zoneamento-ecologico-economico-do-estado-de-santa-catarina">http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/grupos-de-trabalho/zoneamento-ecologico-economico-do-estado-de-santa-catarina</a> |

### Atividades Desenvolvidas

Durante a gestão do biênio de 2020-2022, além das atividades que são inerentes à sua missão constitucional e legal em resposta as demandas que lhe são apresentadas, como realização e participação em reuniões com órgãos, entidades e associações da sociedade civil afetos às suas temáticas; autuação de procedimentos; acompanhamento de políticas públicas; participação de eventos externos, como audiências públicas, oficinas, seminários, assim como de webinars, como participantes ou na qualidade de expositores; promoção de eventos; contatos com acadêmicos e *experts* de diversas áreas, os grupos de trabalho da 4ª Câmara desenvolveram ações que contribuíram para o alcance de resultados e de seus objetivos. Assim, destaca-se:

| Grupo de Trabalho   | Ano  | Atuação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|---------------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Agroecologia        | 2021 | Proposta de regulamentação elaborada por grupo de trabalho criado pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, referente à pulverização terrestre, do qual participa representante do MPF indicada pela 4ª Câmara, para realização dos encaminhamentos com sugestão de atuação aos colegas dos estados a que se propõe o GTI. |
| Amazônia Legal      | 2020 | Construção do protocolo unificado de auditoria de fornecimento de gado da Amazônia monitoramento de fornecedores de gado, iniciativa relacionada à fiscalização dos acordos do Carne Legal.                                                                                                                                   |
|                     | 2021 | Para dar continuidade ao programa "Carne Legal", empenhou esforços para estreitar parcerias com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e com a organização não governamental Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola (Imaflora).                                                                       |
| Cana-de-Açúcar      | 2020 | - Elaboração do Relatório Técnico "Cana-de-Açúcar: impactos na saúde ambiental e do trabalhador rural";<br>- Elaboração da Nota Técnica que trata das legislações sobre a vinhaça.                                                                                                                                            |
|                     | 2021 | Elaboração do Parecer Técnico "Recomendações para Proibição de Agrotóxicos com Uso Ainda Permitido no Brasil"                                                                                                                                                                                                                 |
| Mudanças Climáticas | 2020 | - Proposta de colaboração técnica com importantes universidades e centros de pesquisa, o Projeto "Oficinas de                                                                                                                                                                                                                 |



|                     |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
|---------------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                     |      | <p>Atuação Climática" e estudos para edição de notas técnicas;</p> <p>- Proposta de elaboração do Manual de Atuação em Mudanças Climáticas.</p> <p>Negociação de parcerias com a Universidade de Oxford, com o propósito de celebrar acordo de cooperação técnica internacional, e com a Associação dos Municípios da Região do Foz do Rio Itajaí (AMFRI), com o propósito de celebrar acordo de cooperação técnica.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Patrimônio Cultural | 2021 | Representação ao TCU solicitando a realização de auditoria na governança da Gestão do patrimônio Geológico Brasileiro, bem como na sua política de conservação, analisando o marco normativo existente, obrigações e responsabilidades e suas deficiências.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Qualidade do Ar     | 2020 | Encaminhamentos junto ao MMA, por intermédio da 4ª Câmara, alertando-o para a preocupação do MPF em relação às notícias veiculadas na imprensa sobre a intenção declarada de entidades representativas da indústria automotiva (Anfavea) de pleitear, junto ao Conama, um adiamento do início previsto para a vigência das novas fases do Proconve, assim como ao Diretor de Engenharia e Qualidade Ambiental da Cetesb e ao Presidente do Ibama, solicitando documentos e informações em curso que tratem da possibilidade de adiamento das novas fases do Proconve.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         |
|                     | 2021 | <p>- Elaboração de parecer técnico à procuradora da República responsável na PR/SP, pela condução da proposta, feita pela Anfavea ao MPF, visando à celebração de TAC que possibilitasse o adiamento do calendário vigente de introdução das novas fases do Proconve;</p> <p>- Elaboração, como subsídio à atuação da 4ªCCR, de Parecer sobre a representação efetuada pelo Instituto Alana ao MPF, objetivando <i>"garantir a retomada dos trabalhos do PrevFogo, SISAM e VIGIAR, de modo a contribuir para a estruturação do sistema efetivo de proteção e prevenção do combate aos incêndios florestais"</i>;</p> <p>- Elaboração de manifestação à 4ª CCR sobre o recurso interposto pela Anfavea, assim como ao relator de demais membros do CIMPF, de Memoriais do GT-QAr, manifestando-se contrariamente ao recurso interposto pela Anfavea em face da deliberação da 4ª Câmara que homologou a promoção de arquivamento da NF;</p> <p>- Efetuação de representação à PR-DF visando solicitar as providências cabíveis em face de fatos indicativos de possível conflito de interesses na atuação de um agente técnico conveniado do Ibama responsável pela homologação de novos motores e veículos às exigências do Proconve;</p> <p>- Elaboração e propositura à 4ª Câmara de minuta de Recomendação, a ser dirigida ao MMA, para que não sejam admitidas no Conama qualquer proposta que objetive a postergação dos prazos vigentes para a introdução das novas</p> |

|                         |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|-------------------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                         |      | <p>fases do Proconve;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração da Nota Pública sobre possíveis pleitos de alteração do calendário vigente para passagem da fase L6 para a L7 do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores para veículos leves.</li> </ul> <p>Elaboração de Representação que aponta a inconstitucionalidade da Resolução nº 501/2021, do Conama que suspendeu limites de emissão de poluentes e de gases do efeito estufa em geradores de energia elétrica de plataformas de produção de petróleo <i>offshore</i>.</p> <p>A representação foi enviada ao procurador-geral da República para análise de eventuais providências.</p>                                                             |
|                         | 2022 |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     |
|                         | 2020 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Expedição das recomendações: 1. Ao ICMBio para que revogue as exonerações nas unidades de conservação do Norte Fluminense e região dos Lagos; 2. MPF recomenda que seja mantida autonomia administrativa da Estação Ecológica de Tamoios (Esec Tamoios), em Angra dos Reis (RJ);</li> <li>- representação à PR/RJ sobre a mudança da sede do ICMBio do Rio de Janeiro para São Paulo;</li> <li>- atendimento ao procurador da República em Santa Catarina acerca da reestruturação do ICMBio.</li> <li>- Nota Técnica que trata da inconstitucionalidade e inconveniência da recategorização de unidades de conservação, tomando como paradigma o caso do Parque Nacional da Lagoa do Peixe/RS;</li> </ul> |
| Unidades de Conservação | 2021 | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proposta de Nota Técnica da 4ª CCR no sentido da prorrogação do prazo previsto no art. 1º, § 2º, e no art. 5º, inc. III, da Resolução Conama 428/2010, até pelo menos avaliação do impacto sobre as zonas de amortecimento não estabelecidas.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|                         | 2022 | <p>Representações às procuradorias da República com atribuição sobre as 14 unidades de conservação que constam dos Decretos nºs 10.673/2021 e 10.958/2022, sobre possíveis danos relativos à concessão de UCs à iniciativa privada em que há sobreposição com terras tradicionalmente ocupadas por povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. O GT também questiona o MMA sobre as constatações da Associação Brasileira de Antropologia (ABA).</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Segurança em Barragens  | 2020 | <p>Nota Técnica com o objetivo de orientar a atuação dos membros do MPF no âmbito da segurança das barragens de mineração.</p>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |

#### 4.12 Projetos

Durante a gestão do biênio de 2020-2022, além das atividades que são inerentes à sua missão constitucional e legal em resposta as demandas que lhe são apresentadas, como realização e participação em reuniões com órgãos, entidades e associações da sociedade civil afetos às suas temáticas; atuação de procedimentos; acompanhamento de políticas públicas; participação de eventos externos, como

audiências públicas, oficinas, seminários, assim como de webinars, como participantes ou na qualidade de expositores; promoção de eventos; contatos com acadêmicos e *experts* de diversas áreas, não obstante, o desempenho dos projetos foram altamente positivos, com o desenvolvimento de ações que contribuíram para o alcance de resultados e de seus objetivos. Assim, destaca-se:

#### **4.12.1 Projeto Conexão Água: Gestão de Comunicação e Rede Digital para a Governança Sustentabilidade**

##### Em 2020

Todas as atividades no ano de 2020 foram realizadas de forma virtual, em função das recomendações de medidas epidemiológicas de quarentena, diante da pandemia pela COVID-19 e a recomendação do distanciamento social. Não obstante, o desempenho do projeto foi altamente positivo, com produtos novos:

a) Concorreu com mais de 1.200 projetos e ganhou o 3º lugar na categoria Comunicação e Relacionamento do Prêmio do Conselho nacional do Ministério Público (CNMP) 2020. O anúncio foi realizado no dia 12 de novembro, durante cerimônia transmitida pelo canal do CNMP no Youtube.

b) Acompanhou as discussões técnicas para a elaboração de uma cartilha que apresentou orientações para prevenção do contágio da pandemia pela COVID-19 pela água e pelo esgoto doméstico. O material teve o objetivo de informar a população e os tomadores de decisão a respeito do novo coronavírus, a fim de proteger as pessoas e prevenir a disseminação da doença.

A íntegra da cartilha pode ser acessada no endereço eletrônico: [http://tratabrasil.org.br/covid-19/assets/pdf/cartilha\\_covid-19.pdf](http://tratabrasil.org.br/covid-19/assets/pdf/cartilha_covid-19.pdf).

c) Em comemoração ao Dia Mundial da Água, celebrado em 22 de março, o projeto Conexão Água, lançou o segundo vídeo da Biomonitorando as Águas, campanha que tem o objetivo de incentivar o controle social da qualidade da água e do meio ambiente por meio da observação de insetos aquáticos como bioindicadores.

O vídeo, que pode ser acessado no endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=Yl8SlGj3kUM>, é um convite do Projeto Conexão Água à união de todos para a governança social colaborativa em prol da natureza e da existência humana com dignidade, em um momento de necessária reflexão sobre o que se almeja do futuro comum. Nele, temos acesso a iniciativa engajada de alunos da Escola Estadual Jardim Iguatemi, na cidade de São Paulo, que se mobilizaram para ajudar na propagação da conscientização ambiental sobre qualidade da água, por meio de bioindicadores.

d) Na semana Mundial do Meio Ambiente, a revista eletrônica Interesse Público apresentou trabalho desenvolvido pelo Conexão Água em relação à COVID-19.

e) COVID-19: dicas de prevenção aos trabalhadores da coleta seletiva

O Projeto Conexão Água, em parceria com a ONG Recicleiros, divulgou treinamento em vídeo destinado aos trabalhadores da coleta seletiva. O objetivo é alertá-los sobre a necessidade de continuarem se prevenindo da COVID-19, dando dicas sobre os procedimentos adequados para que possam retornar ao trabalho com menos riscos.

f) Reunião com o Coordenador da 4ª Câmara:

Foi realizada, por videoconferência, no dia 2 de outubro, reunião para apresentação ao novo coordenador da 4ª Câmara, Juliano Baiocchi, das ações e forma de funcionamento do projeto “Conexão Água”.

Foram apresentados, como produtos dessa iniciativa, a elaboração de manual de efetivação das metas de qualidade de águas no Brasil e o portal digital “Conexão Água”.

Em nova reunião por videoconferência, realizada no dia 9 de outubro, foram apresentados projetos com potencial de obtenção de recursos do Fundo de Direitos Difusos (FDD) e

discutidas estratégias de acesso a esses recursos com apoio do MPF.

#### Em 2021

A maioria das atividades no ano de 2021 foram realizadas de forma virtual, em função das recomendações de medidas epidemiológicas de quarentena, diante da pandemia pela COVID-19 e a recomendação do distanciamento social.

#### a) Realização de Webinários:

| <b>Ferramenta “Água Boa de Beber”</b>           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
|-------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Participantes</b>                            | Moderadora: <b>Sandra Akemi Shimada Kishi</b><br>(Coordenadora do Projeto Conexão Água)<br><b>Benefrancis do Nascimento</b><br>(Chefe do Núcleo de Desenvolvimento e Sustentação de Solução do MPF)<br><b>Larissa Mies Bombardi</b><br>(Pesquisadora do Departamento de Geografia da USP)<br><b>Mônica Lopes Ferreira</b><br>(Pesquisadora científica do Instituto Butantan)          |
| <b>Data</b>                                     | 22 de março                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
| <b>Modalidade</b>                               | Videoconferência                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>Objetivo</b>                                 | Exibição de todas as funcionalidades da ferramenta, que é um instrumento socioeducativo que facilita o acesso a dados públicos de monitoramento da qualidade da água, e discussão dos desafios que o Brasil ainda tem que enfrentar para que todos tenham acesso a uma água de qualidade.                                                                                             |
| <b>Link da ferramenta</b>                       | agua.mpf.mp.br                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
| <b>Link para mais informações do lançamento</b> | <a href="http://www.mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/noticias-r3/conexao-agua-lanca-ferramenta-socioeducativa-que-facilita-o-acesso-a-dados-publicos-de-monitoramento-da-qualidade-da-agua">http://www.mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/noticias-r3/conexao-agua-lanca-ferramenta-socioeducativa-que-facilita-o-acesso-a-dados-publicos-de-monitoramento-da-qualidade-da-agua</a> |

| <b>“Direito do Saneamento Básico”</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        |
|---------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Participantes</b>                  | <b>Abertura: Sandra Akemi Shimada Kishi</b><br>Coordenadora do Projeto Conexão Água<br><b>Convidado Especial: Paulo Affonso Leme Machado</b><br>Jurista<br><b>Mediador: Marcelo Drügg Barreto Vianna</b><br>Professor de MBA de Gestão de Facilidades da POLI/USP<br><b>Debatedores: Luís Eduardo Marrocos de Araújo</b><br>(Procurador da República em São Paulo)<br><b>Ivan Carneiro Castanheiro</b><br>(Promotor de Justiça do Estado de São Paulo)<br><b>José Alexandre Maximino Mota</b><br>(Promotor de Justiça do Estado do Rio de Janeiro)<br><b>Encerramento: Consuelo Moromizato Yoshida</b> |

|                                      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|--------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                      | Desembargadora federal e Vice-Presidente do TRF/3ª Região                                                                                                                                                                                                                                       |
| <b>Data</b>                          | 5 de junho                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| <b>Modalidade</b>                    | Videoconferência                                                                                                                                                                                                                                                                                |
| <b>Objetivo</b>                      | Eventuais novos contratos de saneamento e possível crise hídrica no abastecimento no contexto da pandemia pela COVID-19.                                                                                                                                                                        |
| <b>Link para maiores informações</b> | <a href="http://www.mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/noticias-r3/webinar-discutira-direito-do-saneamento-basico-no-dia-mundial-do-meio-ambiente">http://www.mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/noticias-r3/webinar-discutira-direito-do-saneamento-basico-no-dia-mundial-do-meio-ambiente</a> |

| <b>"Água Boa de Beber e Plano de Segurança da Água: Evento preparatório para o 9ª Fórum Mundial da Água - Senegal"</b> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Contexto</b>                                                                                                        | O evento integra as atividades do acordo de cooperação técnica entre o MPF e o Cirat, assinado em setembro de 2021, por meio da 4ª Câmara.                                                                                                                                                                  |
| <b>Data</b>                                                                                                            | 7 de dezembro                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| <b>Modalidade</b>                                                                                                      | Plataforma Zoom                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| <b>Objetivo</b>                                                                                                        | Oferecer reflexões necessárias sobre a pauta do 9ª Fórum Mundial da Água, quanto ao desafio de se garantir o direito humano de acesso à água segura e de qualidade – especialmente neste contexto de crise global de escassez hídrica e de qualidade da água.                                               |
| <b>Link para maiores informações</b>                                                                                   | <a href="https://portal.mpf.mp.br/gw/webacc/noticia-unidades-evento-preparatorio-para-o-9o-forum-mundial-da-agua-discute-ferramenta-agua-boa-de-beber-1">https://portal.mpf.mp.br/gw/webacc/noticia-unidades-evento-preparatorio-para-o-9o-forum-mundial-da-agua-discute-ferramenta-agua-boa-de-beber-1</a> |

b) Sessão Aberta: qualidade da água no Brasil

A Sessão Aberta – o podcast do MPF em São Paulo abriu espaço para falar sobre a qualidade da água no Brasil.

c) Lançamento da obra coletiva “Finanças Sustentáveis: ESG, Compliance, Gestão de Riscos e ODS”.

A obra coletivo, em formato e-book, é uma parceria com a Associação Brasileira dos Membros de Meio Ambiente do Ministério Público (Abrampa), com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e com a Comissão de Meio Ambiente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e foi lançado no dia 17 de dezembro.

Tem como objetivo reunir contribuições de especialistas dos setores empresarial, financeiro, público, acadêmico, terceiro setor, Ministério Público, Poder Judiciário e órgãos regulatórios.

A íntegra do e-book está disponível no endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/regiao3/atos-e-publicacoes/publicacoes/e-book-financas-sustentaveis-esg-compliance-gestao-de-riscos-e-ods-1>.

Em 2022

No Dia Mundial da Água, 22 de março, o MPF lançou a campanha “Água – Quantidade importa, qualidade também”, uma iniciativa do projeto Conexão Água, apoiado pela 4ª Câmara, em parceria com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e com a Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa).

Para mais informações sobre a ferramenta acesse o endereço eletrônico: <https://agua.mpf.mp.br/> e sobre a campanha acesse:

<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/no-dia-mundial-da-agua-mpf-lanca-campanha-para-divulgar-ferramenta-agua-boa-de-beber>.



No período de 21 a 26 de março, foi realizado o 9º Fórum Mundial da Água, em Dacar, no Senegal, com o tema “Segurança Hídrica para a Paz e para o Desenvolvimento”. O MPF integrou a delegação brasileira que participou do evento, com a apresentação do projeto Conexão Água, desenvolvido pela 4ª Câmara. O projeto foi uma das 126 ações escolhidas pelo Comitê Organizador do Fórum para receber o selo “Iniciativa Dacar 2022”, que selecionou projetos com real impacto econômico, social e ambiental na vida das populações.

A apresentação do projeto foi no dia 24 de março. Além do Conexão Água, foi apresentada a ferramenta Água Boa de Beber, que permite a consulta pública a dados relativos à qualidade da água disponibilizada para consumo da população.

Links para mais informações: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/mpf-participa-do-9o-forum-mundial-da-agua-em-dacar> e <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/conexao-agua-projeto-do-mpf-e-apresentado-no-forum-mundial-da-agua-no-senegal>.

#### 4.13 Portarias

Na gestão do biênio de 2020-2022, a Coordenação da 4ª Câmara expediu 32 portarias, referentes a ações coordenadas, grupos de trabalho e organização interna da 4ª Câmara.

As portarias poderão ser acessadas no endereço eletrônico: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/portarias>.

#### 4.14 Publicações

##### 4.14.1 Boletim Informativo

Na gestão do biênio de 2020-2022, a 4ª Câmara expediu 36 Boletins Informativos, referentes às deliberações do Colegiado nas sessões de Revisão que merecem destaque.

Os Boletins Informativos poderão ser acessados no endereço eletrônico: <https://portal.mpf.mp.br/novaintra/areas-tematicas/camaras/meio-ambiente-e-patrimonio-cultural/boletim>.

##### 4.14.2 Manuais de Atuação

A fim de promover a gestão do conhecimento para facilitar o seu compartilhamento e a replicação de boas práticas, com o objetivo de fornecer contribuições aos membros do MPF no exercício



de suas funções em demandas afetas à 4ª Câmara e de estimular uma atuação coordenada das unidades do MPF sobre determinados temas, foi criada a Série Manuais de Atuação, que no ano de 2020 teve publicado o número 7.

#### **Nº 7 – Mineração ilegal de ouro na Amazônia: marcos jurídicos e questões controversas**

O manual “Mineração ilegal de ouro na Amazônia: marcos jurídicos e questões controversas, elaborado por procuradores da República integrantes da Força-Tarefa Amazônia e por procuradores do Trabalho parceiros, tem por objetivo clarear o quadro legislativo aplicável à extração de ouro, sobretudo sob a forma de garimpo e no contexto amazônico visando apoiar e incentivar a atuação dos membros do MPF, bem como diagnosticar as falhas legislativas e regulamentares que fazem dessa atividade econômica um terreno fértil para a criminalidade. Esse diagnóstico constitui um primeiro passo da contribuição institucional para aperfeiçoamento dos mecanismos governamentais e privados de *compliance* da cadeia produtiva e circulatória do ouro, compromisso com o qual tanto o Estado brasileiro como atores privados devem se engajar, a fim de assegurar-se tanto a higidez dos ativos financeiros nacionais como a integridade do meio ambiente e das populações tradicionais afetadas pela mineração aurífera depredatória.



Todas as análises apresentadas foram empreendidas por procuradores da República e procuradores do Trabalho com atuação destacada na temática e experiência em combate à mineração ilegal de ouro na Amazônia, em estados variados, como Pará, Amazonas, Amapá, Roraima e Mato Grosso.

A publicação está disponível no endereço eletrônico:

<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/roteiros-da-4a-ccr/ManualMineraollegaldoOuroNaAmazoniaVF.pdf>.

#### **4.14.3 Coletânea de artigos para comemorar os 20 anos do SNUC**

A publicação tem enfoque jurídico, contando com participação de profissionais oriundos de campos do conhecimento complementares ao Direito, cujo objetivo é traçar um panorama sobre a legislação relativa às Unidades de Conservação da Natureza e sobre os desafios da efetividade dos instrumentos de proteção dessas áreas.



Composta de sete textos, de autoria de procuradores da República com atuação em temáticas ambientais, além de advogados e acadêmicos, selecionados por meio de edital de chamamento e aprovados por uma comissão julgadora, foi lançada em janeiro de 2021 a Coletânea de Artigos em Comemoração aos 20 anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (Snuc), instituído pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000.



A Coletânea Eletrônica está disponível no endereço eletrônico: [http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/roteiros-da-4a-ccr/copy\\_of\\_Coletnea20anosdaLeiSnucversofinal.pdf](http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr4/dados-da-atuacao/publicacoes/roteiros-da-4a-ccr/copy_of_Coletnea20anosdaLeiSnucversofinal.pdf).

#### **4.14.4 Instagram**

A 4ª Câmara participou em 2021 do Projeto #memoriasmpf, uma iniciativa do Memorial do MPF em conjunto com a Secretaria de Comunicação (Secom).

O Projeto #memoriasmpf é voltado para as redes sociais, no qual são apresentadas atuações do MPF em uma temática e a Secom utiliza a pesquisa para suprir *posts* para o Instagram.

##### **Dia da Mata Atlântica**

Em comemoração ao Dia da Mata Atlântica, 27 de maio, foram postadas informações sobre o Bioma, disponíveis no endereço: <https://www.instagram.com/p/CPYMDcwDuxt/?igshid=MDJmNzVkMjY=>

##### **Mês do Meio Ambiente**

Em comemoração ao Mês do Meio Ambiente – junho – foram postadas informações sobre a atuação do MPF na temática ambiental, disponíveis no endereço: <https://www.instagram.com/p/CPIUaQbD9Gs/?igshid=MDJmNzVkMjY=>.

##### **Dia Mundial do Meio Ambiente**

Em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 de junho, foi postado no Instagram informações sobre o tema “Conferências americanas dos países da Amazônia, para atuação integrada e uso intensivo de tecnologias de monitoramento de imagem para o aprimoramento da fiscalização ambiental”, evento promovido pelo MPF, como apresentado no item 4.3 deste Relatório.

O post está disponível: <https://www.instagram.com/p/CPvbK0Jdfr/?igshid=MDJmNzVkMjY=>

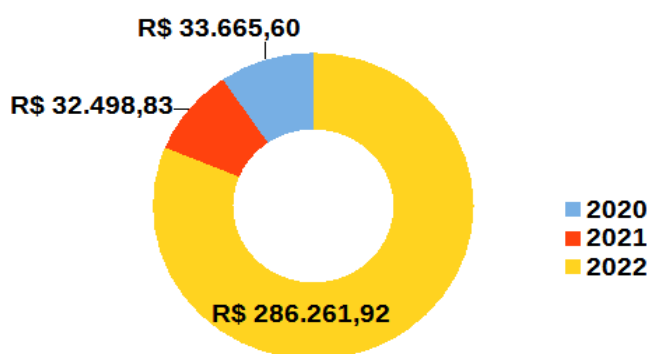
# Atividades Administrativas

Relevante destacar que, em face do agravamento da pandemia pela COVID-19 no transcorrer do biênio de 2020-2021, as atividades da Assessoria Administrativa foram desempenhadas, com raras exceções, de forma não presencial. Em que pese a necessidade de adaptação dos servidores e das rotinas a essa nova forma de trabalho, pode-se afirmar que todas as demandas foram atendidas de forma satisfatória, não tendo sido causados quaisquer prejuízos ao desempenho das atividades institucionais do MPF.

Ainda tendo por motivação o isolamento causado pela pandemia, as viagens a serviço ficaram restritas ao estritamente indispensável, ocasionando uma sensível redução de demandas.

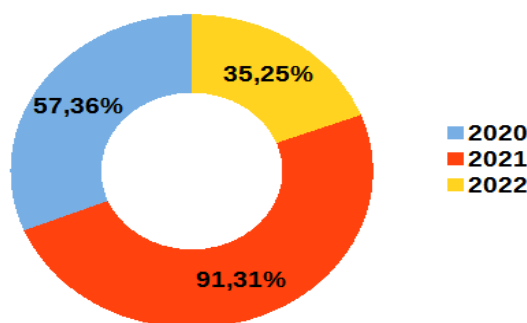
Em 2021 foi executada a reforma do *layout* da 4ª Câmara com o objetivo de adequar o espaço físico às novas configurações das Assessorias de Revisão, Coordenação e Administração, modificadas a partir da transferência dos analistas periciais para a Secretaria de Perícia, Pesquisa e Análise (SPPEA).

Os recursos orçamentários destinados à 4ª Câmara, assim como a sua execução, na gestão de 2020-2022, estão apresentados a seguir:



Obs: O Referencial Monetário de 2022 refere-se ao valor disponibilizado para o 1o e 2o trimestres

Gráfico 3 – Referencial Monetário



Obs: 1- A execução de 2020 refere-se ao período de junho a dezembro  
2- A execução de 2022 refere-se ao período de janeiro a junho

Gráfico 4 – Percentual de Execução do Referencial Monetário

Tabela 5

## Acompanhamento do Referencial Monetário X Execução

| CATEGORIA                     | 2020                  |                         |                        |
|-------------------------------|-----------------------|-------------------------|------------------------|
|                               | REFERENCIAL MONETÁRIO | EXECUÇÃO DO REFERENCIAL | PERCENTUAL DE EXECUÇÃO |
| EVENTOS                       | -                     | -                       | -                      |
| FPI                           | -                     | -                       | -                      |
| PROCEDIMENTOS INSTAURADOS     | R\$ 22.619,92         | R\$ 8.265,33            | 36,54%                 |
| REPRESENTACAO DA COORDENACAO  | R\$ 9.964,08          | R\$ 9.964,08            | 100,00%                |
| REPRESENTACAO INSTITUCIONAL   | R\$ 1.081,60          | R\$ 1.081,60            | 100,00%                |
| REUNIOES COLEGIADO E CONSELHO | -                     | -                       | -                      |
| TOTAL                         | R\$ 33.665,60         | R\$ 19.311,01           | 57,36%                 |

| CATEGORIA                     | 2021                  |                         |                        |
|-------------------------------|-----------------------|-------------------------|------------------------|
|                               | REFERENCIAL MONETÁRIO | EXECUÇÃO DO REFERENCIAL | PERCENTUAL DE EXECUÇÃO |
| EVENTOS                       | R\$ 6.992,65          | R\$ 4.304,65            | 61,56%                 |
| FPI                           | -                     | -                       | -                      |
| PROCEDIMENTOS INSTAURADOS     | R\$ 20.044,28         | R\$ 19.909,38           | 99,33%                 |
| REPRESENTACAO DA COORDENACAO  | -                     | -                       | -                      |
| REPRESENTACAO INSTITUCIONAL   | R\$ 5.461,90          | R\$ 5.461,90            | 100,00%                |
| REUNIOES COLEGIADO E CONSELHO | -                     | -                       | -                      |
| TOTAL                         | R\$ 32.498,83         | R\$ 29.675,93           | 91,31%                 |

| CATEGORIA                     | 2022                  |                         |                        |
|-------------------------------|-----------------------|-------------------------|------------------------|
|                               | REFERENCIAL MONETÁRIO | EXECUÇÃO DO REFERENCIAL | PERCENTUAL DE EXECUÇÃO |
| EVENTOS                       | R\$ 65.935,81         | R\$ 51.693,33           | 78,40%                 |
| FPI                           | R\$ 14.249,29         | R\$ 2.050,29            | 14,39%                 |
| PROCEDIMENTOS INSTAURADOS     | R\$ 164.362,82        | R\$ 29.996,12           | 18,25%                 |
| REPRESENTACAO DA COORDENACAO  | R\$ 12.228,00         | R\$ 4.939,05            | 40,39%                 |
| REPRESENTACAO INSTITUCIONAL   | R\$ 24.486,00         | R\$ 7.903,24            | 32,28%                 |
| REUNIOES COLEGIADO E CONSELHO | R\$ 5.000,00          | R\$ 4.324,98            | 86,50%                 |
| TOTAL                         | R\$ 286.261,92        | R\$ 100.907,01          | 35,25%                 |

Nota: A execução de 2020 refere-se ao período de junho a dezembro.

A execução de 2022 refere-se ao período de janeiro a junho.